

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recorde na arrecadação3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Auxílio virá entre 5 e 6 de abril, prevê ministro4

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso e STF vão céticos a reunião com Bolsonaro, mas querem passar recado6

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Advogado é pivô de novo capítulo de guerra entre Gilmar e Lava Jato do RJ8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação é recorde antes de novas medidas restritivas10

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Busca por cargo para Pazuello atrasa mais posse de Queiroga11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contencioso fiscal amplia insegurança para empresas (3)13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara começa a analisar proposta para regulamentar o trust no país15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Entidades acusam "assédio institucional"17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Indústria pressiona governo por reformas19

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE
SEGURIDADE SOCIAL

Troca lenta no ministério atrapalha combate à Covid, dizem gestores20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Golpe usa prova de vida digital para pedir foto de aposentado do INSS22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp facilita resgate e portabilidade23

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 202124

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma proposta para o desafio da inclusão social no país (2)26

Terça-Feira, 23 de Março de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacheco defende novo Refis, sob a oposição da equipe econômica..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em trapalhada do governo, FNDE erra transferência de R\$ 766 mi do Fundeb..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo Biden prepara pacote de investimentos de até US\$ 3 trilhões..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A qualidade do gasto público (2)..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Camaçari se prepara para crise no pós-Ford..... 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Equipe de Guedes avalia cenário de calamidade para estender auxílio..... 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Sem contrapartidas ao distanciamento, PIB pode crescer só 2%, diz instituto..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Projeto de Orçamento dá a militares 1/5 dos investimentos e reajuste salarial..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Carta reflete indignação da sociedade'..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado eleva previsão de inflação pela 11ª vez..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Pasta de Rogério Marinho é principal beneficiada em proposta de Orçamento..... 53

Recorde na arrecadação

A segunda onda da pandemia de covid-19 deve afetar a arrecadação do governo federal já a partir deste mês de março. A avaliação é do ministro da Economia, Paulo Guedes, que ontem apresentou dados recordes de arrecadação em janeiro e fevereiro deste ano, mas chamou atenção para o impacto econômico do agravamento da pandemia.

De acordo com a **Receita Federal**, a arrecadação de **impostos**, contribuições e receitas federais somou R\$ 127,7 bilhões em fevereiro deste ano. O resultado é 4,3% maior que o registrado no mesmo período do ano passado. Foi puxado, sobretudo, pelo recolhimento extraordinário de R\$ 5 bilhões de IRPJ/CSLL, que sugere um aumento da lucratividade das empresas brasileiras. Com isso, a arrecadação federal alcançou R\$ 307,9 bilhões no primeiro bimestre deste ano.

"Trata-se do melhor desempenho arrecadatório da série histórica, desde 2000. São números recordes", destacou o secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto.

Para Guedes, os dados mostram que "a economia estava em plena recuperação" quando foi atingida pela segunda onda da pandemia. O ministro admitiu, no entanto, que não será possível manter esse bom nível de arrecadação diante da segunda onda da pandemia.

"Até meados de março, manteve esse ritmo. Mas, com a nova pancada da pandemia, é evidente que devemos sofrer algum impacto, a partir da segunda quinzena de março e abril", reforçou Guedes.

Auxílio virá entre 5 e 6 de abril, prevê ministro

O governo federal deve liberar os primeiros pagamentos do novo auxílio emergencial em 15 dias, entre 5 e 6 de abril. E, se depender do ministro da Economia, Paulo Guedes, também vai aproveitar o período de pagamento do auxílio emergencial para avançar com a vacinação dos trabalhadores informais contra a covid-19 para, assim, permitir que esses brasileiros retomem as atividades de maneira segura quando o benefício chegar ao fim. O novo auxílio emergencial será pago a cerca de 45,6 milhões de pessoas que estão sem renda devido ao agravamento da pandemia de covid-19. E, de acordo com o ministro da Cidadania, João Roma Neto, começará a cair na conta desses brasileiros logo nos primeiros dias úteis de abril. "O calendário do pagamento nós vamos divulgar até o início da próxima semana, mas já posso antecipar que o pagamento ocorrerá a partir do início do mês de abril. Aproximadamente entre 5 e 6 de abril, nós já buscamos viabilizar o início do pagamento do auxílio emergencial", disse João Roma Neto, ontem, em entrevista à rádio Salvador FM. Ainda de acordo com o ministro, todos que têm direito à ajuda do governo vão receber a primeira parcela emergencial em abril. Os beneficiários do Bolsa Família que têm direito ao auxílio, por exemplo, contarão com o recurso nas datas já estabelecidas pelo programa. Nesses casos, os pagamentos começam em 16 de abril e vão até o dia 30. O depósito ocorrerá novamente pelas contas digitais do Caixa Tem.

Vacinação Ontem, Guedes afirmou que o governo também deve avançar com a vacinação contra a covid-19 dos trabalhadores informais nesse período. O ministro explicou que há um "desejo desesperado pelo trabalho" entre esses brasileiros, mesmo diante da volta do auxílio emergencial e do agravamento da pandemia de covid-19. "As camadas mais frágeis, os 40 milhões de invisíveis, são os que querem trabalhar, pedem para voltar a trabalhar. Mesmo liberando o auxílio emergencial, que deve ajudá-los a pelo menos manter a sobrevivência nesse período, nós temos a obrigação de vaciná-los nos próximos três ou quatro meses, para que possam ter o retorno seguro ao trabalho", afirmou Guedes.

O ministro Roma Neto também admitiu que é difícil pedir para que a população mais pobre fique em casa neste momento. Ele reconheceu, ainda, que os valores do novo auxílio emergencial, que vão de R\$ 150 a R\$ 375, são insuficientes para garantir a subsistência

desses brasileiros. Contudo, disse que esses foram os valores "viáveis" para o benefício neste ano. "Óbvio que não são valores suficientes (...).

Mas, para o brasileiro mais necessitado, que está sem poder sair de casa para buscar o sustento da sua família, é um valor que faz muita diferença", afirmou. O ministro da Cidadania lembrou que os pagamentos do auxílio emergencial somaram R\$ 293 bilhões em 2020, mas estão limitados a um teto de R\$ 44 bilhões neste ano. Ele ressaltou que o teto foi viabilizado pelo Congresso Nacional. Porém, o limite orçamentário atende a um pedido da equipe econômica.

Na avaliação de economistas, o auxílio emergencial é essencial para os brasileiros de baixa renda. Porém, não deve aquecer a economia na mesma proporção do ano passado, quando o comércio bateu recordes de venda. O mercado já projeta, inclusive, uma retração do Produto Interno Bruto do Brasil no primeiro trimestre e, possivelmente, no segundo trimestre deste ano, por conta da redução do auxílio emergencial e da segunda onda da pandemia. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, projeta que a atividade econômica só será retomada em maio, quando houver um controle maior da pandemia, que permita a flexibilização das medidas de isolamento social. Porém, diz que o setor de serviços e o mercado de trabalho devem demorar mais a reagir, já que dependem do avanço da vacinação para se recuperar. A CNI projeta, então, mais um ano difícil economicamente.

Sem a vacinação em massa e com a perspectiva de lockdown, o país crescerá apenas 0,6% em 2021. Para a CNI, a economia e a indústria brasileira terão o crescimento comprometido pela segunda onda de covid-19 neste ano. Volvo também anuncia pausa. A Volvo vai paralisar, a partir de hoje, a maior parte da produção de caminhões na fábrica de Curitiba. Os motivos são falta de peças, principalmente componentes eletrônicos, e o agravamento da pandemia no Brasil.

A medida atinge aproximadamente 2 mil funcionários, do total de 3,7 mil pessoas que trabalham na fábrica da Volvo na capital paranaense. Em nota, a montadora de origem sueca informa que vai manter "boa parte" do efetivo em atividade, incluindo a produção de ônibus e uma parte da linha de caminhões, assim como a

distribuição de peças a concessionárias. Na semana passada, a Volkswagen também adotou medidas semelhantes. Recorde na arrecadação A segunda onda da pandemia de covid-19 deve afetar a arrecadação do governo federal já a partir deste mês de março.

A avaliação é do ministro da Economia, Paulo Guedes, que ontem apresentou dados recordes de arrecadação em janeiro e fevereiro deste ano, mas chamou atenção para o impacto econômico do agravamento da pandemia. De acordo com a **Receita Federal**, a arrecadação de **impostos**, contribuições e receitas federais somou R\$ 127,7 bilhões em fevereiro deste ano.

O resultado é 4,3% maior que o registrado no mesmo período do ano passado. Foi puxado, sobretudo, pelo recolhimento extraordinário de R\$ 5 bilhões de IRPJ/CSLL, que sugere um aumento da lucratividade das empresas brasileiras. Com isso, a arrecadação federal alcançou R\$ 307,9 bilhões no primeiro bimestre deste ano. "Trata-se do melhor desempenho arrecadatário da série histórica, desde 2000. São números recordes", destacou o secretário da **Receita Federal**, José Tostes Neto. Para Guedes, os dados mostram que "a economia estava em plena recuperação" quando foi atingida pela segunda onda da pandemia.

O ministro admitiu, no entanto, que não será possível manter esse bom nível de arrecadação diante da segunda onda da pandemia. "Até meados de março, manteve esse ritmo. Mas, com a nova pancada da pandemia, é evidente que devemos sofrer algum impacto, a partir da segunda quinzena de março e abril", reforçou Guedes.

Congresso e STF vão céticos a reunião com Bolsonaro, mas querem passar recado



Jair Bolsonaro usa máscara com o brasão da FAB em evento no Planalto nesta segunda Raul Spinasse/Folhapress

**Gustavo Uribe, Danielle Brant e Renato Machado -
brasil**

O gesto do presidente Jair Bolsonaro de promover uma reunião ampla nesta quarta-feira (24) para discutir medidas de combate à pandemia do coronavírus é visto com ceticismo por integrantes tanto do Legislativo como do Judiciário.

A intenção do presidente é usar o encontro, que será promovido no Palácio da Alvorada com as cúpulas dos Poderes, para anunciar medidas de saúde que envolvam todo o poder público, como a criação de um gabinete de emergência, e tentar reverter o desgaste de imagem de seu governo com a escalada de mortes.

A ideia de Bolsonaro é encampar uma retórica moderada, dando a entender que a chegada de um novo ministro da Saúde marca uma nova fase de sua gestão. A nova roupagem, porém, é avaliada nos bastidores, por integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Congresso, como pouco convincentes.

Eles lembram que, apesar de ter adotado um discurso pró-vacina e aceitado mudar o comando do Ministério da Saúde, Bolsonaro segue fazendo críticas a medidas de restrição social e, no domingo (21), ao promover nova aglomeração, voltou a sugerir o uso das Forças Armadas para garantir a liberdade da população.

Nesta segunda (22), por exemplo, Bolsonaro disse que não havia motivo para mudar sua posição em relação à pandemia. "Eu devo mudar o meu discurso? Eu devo me tornar mais maleável, eu devo ceder? Fazer igual a grande maioria está fazendo? Se me convencerem do

contrário, faço. Mas não me convenceram ainda. Devemos lutar contra o vírus, e não contra o presidente", disse.

Em conversas com a Folha, pelo menos seis integrantes do Judiciário e do Legislativo disseram não ter grandes expectativas de resultados concretos do encontro desta quarta. Apontam, contudo, que a reunião pode servir como uma oportunidade para sinalizar a Bolsonaro que a tolerância para a falta de coordenação de seu governo para enfrentara crise de saúde está no limite.

"Acho que não vai ter resultado concreto, mas é uma oportunidade de os presidentes da Câmara e do Senado tentarem atuar como moderadores em uma lógica nacional", afirmou à Folha o deputado Fausto Pinato (PP-SP).

Nesta segunda, no que foi interpretada como uma indireta a Bolsonaro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), criticou duramente quem adota postura negacionista, argumentando que o comportamento se tornou uma "brincadeira de mau gosto, macabra e medieval".

"E não será uma minoria desordeira e negacionista que fará pautar o povo brasileiro e o Brasil neste momento em que precisamos de união", afirmou, ressaltando que os líderes estão diante de duas alternativas: a "união nacional" ou o "caos nacional".

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também deve ir ao encontro. A articulação para a reunião partiu de Bolsonaro, em uma resposta à escalada da pressão sobre o governo por causa do descontrole da pandemia no país, com um número de mortos que se aproxima rapidamente de 300 mil.

Além das cobranças internas, o Brasil passou a ser considerado um "pária internacional" na condução da crise sanitária -apesar de o presidente declarar que o país é um "exemplo" e que está na vanguarda no enfrentamento à pandemia.

A avaliação no Supremo e no Congresso é que, ao promover o encontro, Bolsonaro tenta só mostrar para a população que se esforçou para construir uma unidade nacional, após tentativas do Congresso de conduzir o processo.

No STF, a presença do presidente Luiz Fux é vista com reserva por integrantes da corte. Na avaliação deles, o movimento do presidente pode ser uma tentativa de carregar o Supremo e o Congresso para a responsabilização da crise.

Segundo relato feito à Folha, Fux já disse a Bolsonaro que não pretende participar de deliberações que possam, no futuro, ser questionadas juridicamente. No final de semana, ambos cogitaram promover um encontro prévio à reunião nesta terça-feira (23), mas acabaram desistindo.

O encontro também é uma forma de Bolsonaro tentar aplacar as críticas pela substituição do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde. O escolhido para o cargo, o cardiologista Marcelo Queiroga, ainda precisa se desligar de uma clínica da qual ainda consta no site da **Receita Federal** como sócio - administrador.

"Em meio ao período mais grave da pandemia você ter um ministro demitido que continua no cargo e um ministro escolhido que não consegue assumir é surreal", afirma o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM). "Não é uma questão de gostar ou não gostar do presidente. É uma questão de ter responsabilidade com a vida do povo brasileiro." O ceticismo de Legislativo e Judiciário reside no histórico do comportamento do presidente. Dois dias após a decisão do ministro Edson Fachin (STF) que revogou todas as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, Bolsonaro usou máscara ao sancionar a lei que facilita compra de vacinas contra o novo coronavírus. Nos dias seguintes, voltou a ser visto sem ela.

Um dos motivos de descrença é a perspectiva de que Bolsonaro não convida todos os governadores para o encontro, apenas os mais próximos ideologicamente. Governadores do Nordeste levam adiante no âmbito do consórcio da região uma luta para obter vacinas, diante da demora de ação do governo federal. A iniciativa irrita o presidente, primeiro por promover um desgaste em uma região-chave para as próximas eleições presidenciais e também por ser levado adiante por governadores de oposição, liderados pelo petista Wellington Dias (PI).

Apesar de descrentes de resultados concretos da reunião, congressistas a veem como uma chance de o governo federal tomar uma iniciativa que deveria ter sido sua desde o início: a de criar uma unidade e coordenar ações de saúde em nível nacional.

Com isso em mente, avaliam ser a última chance de o Congresso e o judiciário passarem uma mensagem

mais dura a Bolsonaro e cobrar mudanças no enfrentamento à pandemia.

Um dos padrinhos do encontro, o presidente do Senado tem dito a interlocutores que não espera uma mudança radical da parte de Bolsonaro durante e após a reunião, mas pelo menos alguns "gestos".

- "Não será uma minoria desordeira e negacionista que fará pautar o povo brasileiro e o Brasil neste momento em que precisamos de união. Se o negacionismo era uma tese no início da pandemia, [quando] se desconhecia os efeitos dela e a gravidade dela, o negacionismo passou a ser uma brincadeira de mau gosto, macabra e medieval que não podemos aceitar no Brasil" Rodrigo Pacheco (DEM-MG) presidente do Senado, nesta segunda-feira

- "Eu acho que [a reunião de quarta-feira] não vai ter resultado concreto, mas é uma oportunidade de os presidentes da Câmara e do Senado tentarem atuar como moderadores em uma lógica nacional" Fausto Pinato deputado federal (PP-SP)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49474&anchor=6430792>

Advogado é pivô de novo capítulo de guerra entre Gilmar e Lava Jato do RJ

Ítalo Nogueira - rio de janeiro

A investigação contra um advogado por suposto tráfico de influência na Operação Lava Jato do Rio de Janeiro se tornou pivô do novo capítulo no conflito entre o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), o juiz Marcelo Bretas e procuradores da força-tarefa.

Há quase quatro anos, Gilmar, Bretas e procuradores trocam farpas públicas em razão da condução das investigações no Rio de Janeiro.

O novo round aberto pelo ministro ocorre depois que uma operação da Lava Jato fluminense atingiu parentes de ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e os procuradores solicitaram o afastamento de Gilmar da relatoria dos recursos do caso no STF.

Gilmar disparou contra Bretas durante o julgamento da suposta parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro nos processos do ex-presidente Lula. "O que se fala dessa 7a Vara é de corar frade de pedra. [...] Essa 7a Vara está extremamente mal falada. Não sei se já ouviram falar de um personagem que gravita por aí, chamado Nythalmar. Um advogado que liderava as delações até um dado momento e se tomou uma figura espúria. Isso virou um grande problema", disse.

Nythalmar Dias Filho foi alvo de busca e apreensão em outubro passado, em investigação aberta após representação do advogado Carlos Lucchione à força-tarefa da Lava Jato na qual relatava seu suposto tráfico de influência.

Segundo depoimentos, Nythalmar se aproximava de clientes dizendo ter relações próximas com o juiz Marcelo Bretas e com procuradores.

A Folha revelou em dezembro que Nythalmar alertou o ex-secretário da Saúde Sérgio Cortes sobre uma "semana preciosa" cinco dias antes de Cortes ser preso pela segunda vez pela Lava Jato.

A mensagem foi uma das bases do pedido do próprio advogado para que seu caso, até então em curso na 3a Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, fosse levado ao STJ. Nythalmar alegou que as provas mencionavam também procuradores regionais do MPF, que têm foro na corte superior.

A liminar foi concedida pelo presidente do STJ, ministro Humberto Martins, cujo filho fora alvo de operação da própria Lava Jato fluminense meses antes. A Operação E\$quema S, que mirou Eduardo Martins sob acusação de tráfico de influência, foi suspensa por ordem de Gilmar.

Os autos do caso Nythalmar estão em avaliação na PGR (Procuradoria-Geral da República), que ainda não se posicionou sobre a existência de indícios contra procuradores regionais para instauração de inquérito na corte. O procurador-geral, Augusto Aras, é crítico da Lava Jato e determinou a extinção do grupo fluminense no fim deste mês.

Desde então, o caso Nythalmar é encarado por advogados como uma possível Vaza Jato na versão fluminense. Circulam no meio jurídico do estado informações sobre a suposta apreensão de gravações de conversas entre o advogado, Bretas e procuradores, e uma possível delação.

A interlocutores Nythalmar diz que não tem como delatar porque não cometeu crimes.

Bretas negou irregularidades na condução de seus processos. "Como juiz federal há mais de 23 anos, e com a consciência tranquila da lisura do trabalho desempenhado, nego veementemente qualquer suposta irregularidade", escreveu em sua conta no Twitter após ser citado por Gilmar.

A força-tarefa da Lava Jato afirma que a investigação contra Nythalmar foi aberta após seus próprios membros encaminharem a representação de Lucchione ao Núcleo de Combate à Corrupção da Procuradoria. O grupo disse também que compartilhou provas com o procurador responsável pelo caso.

As rusgas entre Gilmar e os envolvidos com a Lava Jato fluminense começaram em agosto de 2017, quando o ministro revogou a prisão do empresário Jacob Barata Filho, dono de empresas de ônibus acusado de pagar propina ao ex-governador Sérgio Cabral.

Horas após a decisão, Bretas expediu novo mandado de prisão contra Barata, o que impediu sua soltura. Gilmar criticou a decisão e de novo determinou a

liberdade de Barata.

"Isso é atípico. Em geral o rabo não abana o cachorro, é o cachorro que abana o rabo", disse o ministro, ao comentar as decisões de Bretas.

A pedido da força-tarefa, o então procurador-geral da República Rodrigo Janot pediu impedimento, suspeição e incompatibilidade de Gilmar nos casos ligados a Barata.

A petição apontava que o ministro foi padrinho de casamento da filha do empresário e que sua mulher, Gilmar Mendes, trabalha em escritório de advocacia ligado a alguns dos investigados. Os procuradores apontaram ainda o envio de flores de Barata ao casal Mendes.

Os procuradores também apresentaram pedido de impedimento de Gilmar em causas que envolvem diretamente a Operação E\$quema S, apontada nos bastidores como pivô do novo round da guerra.

ALava Jato do Rio de Janeiro apontou que o ministro não deveria julgar os recursos do caso porque o IDP (Instituto Brasileiro de Direito Público), fundado pelo ministro, recebeu R\$ 50 mil da Fecomércio, pivô da investigação que mirou Martins.

As rusgas entre Gilmar e a Lava Jato fluminense extrapolaram as divergências jurídicas no início de 2019, quando o ministro acusou os procuradores de, através de auditores fiscais, investigá-lo irregularmente.

O caso começou após a elaboração pela **Receita Federal** de dossiês sobre 134 agentes públicos, entre eles Gilmar.

O ministro atribuiu a ação a Marco Aurélio Canal, então supervisor nacional da Equipe Especial de Programação da Lava Jato -grupo responsável por aplicar multas aos acusados da operação por sonegação fiscal-, que recebeu o material.

Embora não atuasse nas investigações, mas sim nas autuações contra os alvos após as operações, seu envolvimento no caso dos dossiês foi o estopim para a crise entre Gilmar e os procuradores.

O ministro acusou os procuradores de usarem a Receita para "pistolagem". O Ministério Público Federal apontou "devaneios" de Gilmar.

Marco Aurélio Canal acabou preso pela própria força-tarefa da Lava Jato, sob suspeita de extorquir dinheiro de investigados na operação.

Após a prisão, o procurador Almir Sanches, da força-tarefa, afirmou esperar uma retratação de Gilmar.

"As autoridades que fizeram essas ilações que nós julgamos bastante descabidas não tinham como saber que a investigação estava em curso. Mas também não tinham por que supor que membros do Ministério Público, do Judiciário ou da polícia estavam envolvidos com isso. Agora há um novo fato. Espera-se alguma retratação de acusações graves que foram feitas", disse Sanches.

Gilmar nada comentou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49474&anchor=6430792>

Arrecadação é recorde antes de novas medidas restritivas

Fábio Pupo

A **Receita Federal** registrou arrecadação de R\$ 127,7 bilhões em fevereiro, crescimento real de 4,3% na comparação com o mesmo mês de 2020. O resultado é recorde para o mês na série histórica, iniciada em 2000.

Os dados registraram crescimento antes da nova escalada de fechamento de atividades devido ao recrudescimento da Covid-19, já que as restrições de circulação foram adotadas com mais força em março.

De acordo com a Receita, o resultado de fevereiro foi impulsionado pelo melhor desempenho de indicadores macroeconômicos - como a produção industrial e o valor em dólar de importações.

A análise detalhada mostra que as chamadas receitas administradas, nas quais estão **impostos** e contribuições, cresceram 5,7% ante um ano atrás - para R\$ 124,6 bilhões.

O valor foi impulsionado principalmente pela arrecadação 40% maior com a tributação sobre o lucro de empresas (por meio de IRPJ e CSLL), para R\$ 24 bilhões.

José Barroso Tostes Neto, secretário especial da **Receita Federal**, afirmou que os resultados refletem uma melhoria na rentabilidade das companhias, "demonstrando que as empresas se ajustaram ao novo cenário econômico decorrente da pandemia nesse período".

Os dados também foram ajudados por um recolhimento atípico de IRPJ e CSLL de R\$ 5 bilhões em fevereiro. Segundo a Receita, o valor é decorrente de ajustes nos números de 2020 que empresas podem fazer de janeiro a março.

Por outro lado, houve queda de 3,4% na receita previdenciária (para R\$ 35,9 bilhões), o que aponta para um mercado de trabalho mais fraco.

As receitas administradas por outros órgãos, que representam principalmente royalties obtidos com a produção de petróleo no país, caíram 32,3%.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Busca por cargo para Pazuello atrasa mais posse de Queiroga



Marcelo Queiroga (à esq.) e Eduardo Pazuello, ministros da Saúde do governo Bolsonaro. Evento 54 - 18.mar.21/APP

Mesmo diante do pior momento da pandemia de Covid-19 no Brasil, o cardiologista Marcelo Queiroga só deve ser nomeado e empossado como ministro da Saúde na quinta (25), dez dias depois de ter sido anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro como sucessor do general Eduardo Pazuello no cargo.

Governadores e parlamentares da Paraíba, estado de origem de Queiroga e que foram ouvidos pela Folha nesta segunda-feira (22), disseram que não haviam recebido ainda convite para a posse.

A cerimônia, que já teve sua previsão adiada por duas vezes seria na quinta (18), depois, previu-se para esta terça (23)-, porém, depende da resolução de dois problemas.

É preciso que Queiroga se desligue de uma clínica da qual ele ainda consta no site da **Receita Federal** como sócio-administrador.

De acordo com pessoas próximas, o médico passou o fim de semana debruçado sobre o assunto, tentando resolvê-lo.

A lei 8.112, de 1990, diz que servidor público é proibido participar de gerência ou administração de sociedade privada. Além disso, o governo ainda não conseguiu definir onde alocaará Pazuello, quando ele deixar o cargo.

Como a Folha mostrou, no dia seguinte à escolha de Queiroga, Bolsonaro já discutia um cargo no Executivo como prêmio de consolação para o general, podendo conferir a ele foro especial e evitando que um inquérito passasse para a primeira instância.

Atualmente, Pazuello é alvo de uma investigação no

STF (Supremo Tribunal Federal) sobre uma suposta omissão para evitar o colapso de oxigênio em Manaus. Caso ele não mantenha o foro especial, o inquérito será remetido à primeira instância. A tendência é que vá para a Justiça Federal do Distrito Federal.

O receio de assessores presidenciais é de que, em primeira instância, a análise do caso do militar possa ser tratada de maneira mais rígida, até com o risco de prisão, dependendo do magistrado que assumir a investigação.

O presidente chegou a avaliar nomeação do militar para os comandos do Turismo ou de Minas e Energia, mas desistiu. Desde a semana passada, outra possibilidade avaliada é a criação do Ministério Extraordinário da Amazônia, voltado para o desenvolvimento econômico da região.

A pasta acabaria esvaziando o Conselho da Amazônia, sob comando do vice-presidente Hamilton Mourão, que vive uma desgastada relação com o Bolsonaro. O ministério teria sob seu guarda-chuva a Sudam (Superintendência Desenvolvimento Amazônia), a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e a Basa (Banco da Amazônia).

Bolsonaro, contudo, sinalizou nesta segunda, em conversa com aliados, que a alternativa é arriscada. A criação de uma nova pasta teria de ser feita por uma medida provisória. E, no final de semana, o Palácio do Planalto recebeu a informação de que líderes partidários não estão dispostos a referendar uma medida para beneficiar o militar.

Além disso, a iniciativa esbarra em resistências internas e das Forças Armadas. Aliados do presidente argumentam, sob reserva, que a criação de um novo ministério contraria promessa de campanha de Bolsonaro de enxugar a estrutura do governo.

Somado a isso, há quem avalie que a manobra dará espaço para que partidos do centrão pressionem por mais espaço no governo. Integrantes do grupo liderado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já se disseram descontentes por terem suas indicações para o comando do Ministério da Saúde preteridas por Bolsonaro.

Pelo lado dos militares, o incômodo é por se manter

em destaque, no primeiro escalão, um general da ativa que já causou tanto desgaste à imagem das Forças Armadas por causa da atuação da pasta.

Com a dificuldade em acomodar Pazuello, e preocupado com a possibilidade de o general sofrer derrota judicial, Bolsonaro foi aconselhado a nomear o general para um posto no exterior, mesma estratégia adotada em relação ao ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, que era alvo de inquérito também no STF.

Bolsonaro e Pazuello conversaram nesta segunda, mas, segundo auxiliares do presidente, não houve definição.

O inquérito contra Pazuello foi aberto pelo ministro Ricardo Lewandowski, do STF, após pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) para apurar se o ministro foi omissos em relação à crise sanitária de Manaus em janeiro. Daniel Carvalho, Ricardo Delia Coletta, Natália Cancian e Gustavo Uribe

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Contencioso fiscal amplia insegurança para empresas (3)

Pode chegar ao fim em abril o julgamento de um dos processos tributários mais vultuosos, que se arrasta há 23 anos, e envolve a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins cobrado pela **Receita Federal**.

A discussão é também um dos exemplos cabais da péssima reputação do país na área fiscal, que contribui para engordar a conta trilionária das disputas tributárias e colocar o Brasil em um dos últimos lugares no ranking do Doing Business do Banco Mundial.

O questionamento da aplicação do PIS e Cofins sobre o ICMS chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 1998. Seu julgamento foi interrompido no ano seguinte por um pedido de vistas do então ministro Nelson Jobim. O ministro se aposentou em 2006 sem dar retorno sobre o processo que, então, voltou à pauta. Mas, nesse mesmo ano, novo pedido de vistas, desta vez do ministro Gilmar Mendes, que suspendeu a tramitação quando o placar estava favorável à empresa em 6 a 1.

O andamento do processo se acelera, com a chegada à corte de outro recurso extraordinário de mesmo teor, seguido de uma Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) movida pelo governo, que defende a incidência dos dois **tributos** federais sobre o ICMS estadual. O governo obteve, então, liminar que suspendeu a discussão dos questionamentos. Cerca de dez anos depois, em 2017, o STF concluiu a votação em que prevaleceu a tese de que o ICMS não devia compor a base de cálculo do PIS e da Cofins. Mas o julgamento deixou pontos duvidosos e abriu espaço para um embargo declaratório da Fazenda Nacional, que será julgado no próximo mês em definitivo - pelo menos é o que se espera.

O caso chegou a ser chamado de "julgamento da década" em 2017, e agora é o "julgamento do século". Os valores envolvidos justificam a hipérbole. Em 2017 a União informou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que o impacto aos cofres públicos ao fim da cobrança seria de R\$ 250,3 bilhões, considerando o período entre 2003 e 2014, chegando a R\$ 20 bilhões por ano na segunda metade da década de 2010. O que o governo busca agora com o embargo é reduzir a perda.

A questão do PIS e Cofins é apenas uma das que

compõe uma respeitável conta de R\$ 5,4 trilhões em disputas tributárias pendentes, o equivalente a 75% do **PIB**, levantada pelo Insper.

O cálculo, adverte o Insper, está subestimado porque inclui apenas disputas originadas de cobranças da Receita disponíveis para consulta pública. Foi preciso recorrer à Lei de Acesso à Informação no caso de dados sobre pendências no âmbito estadual e municipal.

Mas é a União a principal responsável pela cobrança de **tributos** e responde por cerca de 70% do estoque de contencioso de processos em tramitação na Justiça ou na esfera administrativa. Estados e Distrito Federal ficam com quase 22%; e municípios, com 8%.

Os responsáveis pelo levantamento atribuem o volume expressivo de contenciosos à existência de uma **legislação tributária** prolífica e complexa, que gera disputas nos tribunais. Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação apurou que uma empresa precisa seguir 4.078 normas - ou 45.791 artigos e 106.694 parágrafos - para estar em dia com as suas obrigações fiscais. Se a empresa atuar em todo o país, sobe a quase 400 mil leis, decretos, medidas provisórias, portarias, instruções normativas e atos declaratórios o número de exigências a serem observadas nos âmbitos estaduais e municipais (Valor, 19/3).

O cipoal de medidas e decisões abrem espaço para perdas para o próprio governo. No caso do ICMS, por exemplo, depois da primeira decisão do STF, algumas empresas conseguiram na Justiça regional federal o direito de usar como crédito fiscal os valores recolhidos de PIS e da Cofins sobre o tributo estadual. Esse seria o principal motivo do salto de 174% no uso de créditos fiscais no ano passado, que chegou a R\$ 63,6 bilhões.

Não é surpresa que o Brasil esteja na sexta pior colocação do ranking Doing Business de 2020, com dados de 2019, relativo ao pagamento de **impostos**, entre 190 países.

No ranking geral, o país ocupa o 124º lugar. O Doing Business estima que uma empresa gasta 1,5 mil horas por ano para cumprir suas obrigações fiscais no Brasil. Isso tem alto custo.

A organização sem fins lucrativos Endeavor Brasil calcula que as empresas gastam em média 1,5% do faturamento todo ano para se manterem informadas sobre as regras fiscais. Incluindo a contratação de pessoal, sistemas e equipamentos para acompanhar o assunto, o gasto chega a R\$ 65 bilhões, acima do dispendido com pesquisas relacionadas ao negócio em alguns casos.

Câmara começa a analisar proposta para regulamentar o trust no país



Advogado Alessandro Fonseca: depois de reconhecido o instituto do trust terá que vir a regulamentação tributária

Joice Bacelo Do Rio

Uma movimentação legislativa vem chamando a atenção das famílias mais endinheiradas. Trata-se de um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados que prevê regulamentar o trust. Essa estrutura só existe no exterior e, mesmo sem amparo em lei, é muito utilizada por brasileiros de alta renda - principalmente em planejamentos sucessórios.

A proposta, prevista no Projeto de Lei (PL) n- 4.758, tenta trazer, para o Brasil, uma estrutura muito parecida com a que se tem fora. Se levada adiante, dizem advogados, abriria um novo mercado no país e, além disso, daria mais segurança aos brasileiros que têm trust no exterior.

O texto foi apresentado pelo deputado Enrico Misasi (PV-SP) em setembro do ano passado. A primeira movimentação ocorreu no dia 10 deste mês, quando a proposta foi encaminhada para análise na Comissão de Finanças e Tributação.

O trust consiste em um contrato privado. A pessoa (settlor) transfere a propriedade de parte ou a totalidade dos seus bens para alguém (trustee) que assumirá a obrigação de administrá-los em benefício do contratante ou de pessoas por ele indicadas (geralmente herdeiros). Esse papel, no mercado internacional, está nas mãos de instituições financeiras e empresas especializadas em gestão de patrimônio.

"É uma forma de garantir que esse patrimônio fique

limitado para diversas situações, desde, por exemplo, a representatividade de um exercício político numa companhia ou até a definição de uma política de investimento", diz o advogado Alessandro Fonseca, do escritório Mattos Filho.

A intenção de quem constitui um trust geralmente é a de proteger o patrimônio - deixando a gestão com alguém especializado - e garantir que seja mantida a qualidade de vida dos herdeiros depois da morte do patriarca.

Entre os brasileiros que batem à porta dos grandes escritórios de advocacia em busca dessa solução, estão, por exemplo, pais de filhos com necessidades especiais, menores de idade ou que não veem no filho o perfil para a gestão dos negócios.

"Pode ser mais interessante colocar o patrimônio na mão de um profissional especializado, com regras claras e preestabelecidas, do que esse patrimônio parar na mão de um tio ou de algum familiar que venha a ser o curador do filho e que não tenha o mesmo conhecimento, ou que não irá proteger da mesma forma", diz Joanna Rezenda, sócia do escritório Vellozo.

A advogada e o colega Leandro Vilarinho Boiges, que atua na mesma banca, dizem que não há, aqui no Brasil, nenhum instrumento com a mesma função do trust. O mais próximo, afirmam, são os planos do tipo VGBL, em que se pode transferir dinheiro e garantir renda aos herdeiros por determinado tempo.

"Só que o trust é muito mais amplo. Não comporta só dinheiro. É utilizado para a gestão do patrimônio, imóveis e ações, por exemplo, e ainda permite tratar de peculiaridades", complementa Borges.

Os contratos de trust especificam os nomes dos beneficiários, a partir de quando eles começam a receber, por quanto tempo e de que forma - quantos por cento a cada mês, semestre ou ano. Podem prever, além disso, condições especiais. Se um dos herdeiros tiver uma doença grave, por exemplo, uma quantia maior de dinheiro poderia ser liberada ou ficar previsto o custeio do tratamento.

No texto de apresentação do PL consta que se pretende introduzir na legislação brasileira o "contrato

de fidúcia", um regime de administração de bens de terceiros "inspirado na figura do trust". O settlor - aquele que transfere a propriedade dos bens-, na lei brasileira, viraria o fiduciante. Já o trustee, que recebe e administra o patrimônio em favor dos beneficiários, seria o fiduciário.

Um dos pontos mais importantes é a previsão, expressa, de que os patrimônios do fiduciante e do fiduciário não se misturam. "Hoje a gente não tem isso em lei. Se eu transferir o meu patrimônio para você e você contrair dívidas, o meu patrimônio responde pelas suas dívidas e eu fico a ver navios. O PL está dizendo, então, que, quando eu transferir, o meu patrimônio ficará apartado das suas dívidas. Não poderá ser atingido", afirma Joanna Rezende.

No texto também constam os procedimentos que deverão ser observados, o que precisará constar em contrato e como ocorrerá a formalização (em cartório ou testamento). O texto não trata, no entanto, das questões tributárias-uma das mais sensíveis para os brasileiros que têm trust no exterior.

"Esse primeiro momento trata da natureza civil. É um marco importante. Isso nunca antes foi discutido. Depois de reconhecido o instituto, como consequência, terá que vir a regulamentação tributária. Hoje a matéria é toda construída com base em interpretação e muitas vezes interpretações divergentes", afirma Alessandro Fonseca.

Advogados tributaristas entendem, por exemplo, que na transferência de valores não incide Imposto de Renda - por se tratar de doação e não de renda. Mas a **Receita Federal** defende a tributação. O entendimento está na Solução de Consulta nº 41, editada no ano passado pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

Hoje, os brasileiros geralmente constituem trust em paraísos fiscais - Bahamas e Ilhas Virgens entre eles. Advogados dizem que a intenção não é a de sonegar **impostos**, mas a de evitar onerar um patrimônio que está sendo transferido e será gerido em benefício das próximas gerações.

Nem todo mundo enxerga dessa forma, no entanto. O trust ganhou fama aqui no Brasil especialmente com a Operação Lava Jato. E uma fama ruim - passou a ser visto como instrumento de ocultação e lavagem de dinheiro. Segundo a **Receita Federal**, só no âmbito da Lava-Jato, foram autuados cerca de R\$4,7 bilhões em esquemas que se utilizavam de offshores.

"Mas trust não é isso. Não tem essa característica. É largamente utilizado fora do Brasil e na imensa maioria das vezes tem finalidade lícita. Estamos falando de um

excelente instrumento para planejamento sucessório, que pode evitar, inclusive, litígio entre as famílias", diz Ivana Marcon, do escritório Baptista Luz Advogados.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186757

Entidades acusam "assédio institucional"



Novas críticas ao lockdown

Jair Bolsonaro durante o lançamento, no Planalto, do Programa Águas Brasileiras, que prevê a revitalização das principais bacias hidrográficas do País. Ainda ontem, ele voltou a criticar o lockdown (mais informações na pág. B4).

Tulio Kruse

Casos de censura prévia em órgãos públicos, processos administrativos contra servidores que criticam o governo, demissões e transferências de funcionários sem justificativa legal estão mais frequentes, segundo associações do funcionalismo federal. Episódios como estes têm sido classificados como "assédio institucional" por uma coalização de entidades representativas do setor, a Articulação Nacional das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (Arca).

Nos últimos dois anos, a Arca diz ter contabilizado 684 denúncias de "assédio institucional".

Todos os registros são públicos, e muitos deles tiveram cobertura da imprensa. Há cinco meses, a entidade criou uma ferramenta, o "Assediômetro", para compilar todos os casos. O que une todas as situações é o cerceamento à liberdade de expressão - que inclusive contraria as normas das instituições - e a "instauração de um clima organizacional autoritário, desrespeitoso e pautado pelo medo", segundo os organizadores.

"É um assédio que se pratica contra opositores do governo, ou contra políticas e medidas desses órgãos públicos", disse o economista José Celso Cardoso Junior, presidente da Associação dos Servidores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Afipec). "Está matando por dentro essas organizações públicas que foram criadas, ou fortalecidas desde Constituição de 1988, para cumprir esse objetivo de atender a população." Segundo dados da Arca, denúncias ocorreram em diversos órgãos da administração federal.

O mais atingido é o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em seguida estão o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A maioria dos casos registrados ocorreu em 2020. Considerado apenas o ano passado, há uma média de mais de uma denúncia por dia. Os organizadores dizem, porém, que a metodologia não permite dizer a frequência com que os casos ocorreram nesse período. A ferramenta tem sido atualizada por meio da busca de notícias.

No início do mês, a direção do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) disparou um ofício a diretores do órgão informando que a divulgação de estudos e pesquisas deveriam passar, antes, por "conclusão e aprovação definitiva". A divulgação de conteúdo produzido sem autorização prévia pode caracterizar infração disciplinar, sujeita a punição. A medida institui um controle sobre as publicações considerado "pouco usual" pelo corpo técnico, e o documento passou a ser chamado de "ofício da mordaza" por servidores. Quem comete infração vira alvo de um processo administrativo disciplinar e, se o desvio for comprovado, pode sofrer advertência, suspensão ou até demissão.

No dia 10 de março, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, publicou portaria na qual delega a um diretor a responsabilidade de "autorizar previamente a publicação de manuscritos, textos e compilados científicos" produzidos.

A autorização agora é pré-requisito para o envio de textos dos pesquisadores para periódicos científicos, revistas especializadas e até anais de eventos comemorativos.

Entidades que representam servidores reagiram às duas medidas, e o caso motivou uma ação da Defensoria Pública da União (DPU) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as normas, por considerar que elas impedem a livre manifestação de pensamento e têm o objetivo de punir críticos do governo.

Casos como o do ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pedro Hallal, denunciado à Controladoria-Geral da União (CGU) após criticar a atuação do presidente Jair Bolsonaro no combate à pandemia, se encaixam no critério, segundo o presidente da Afipec. Outro exemplo é o envio de ofício pelo Ministério da Educação a universidades,

neste mês, no qual alerta que manifestações políticas podem configurar "imoralidade administrativa" e serem alvo de punições disciplinares.

Em setembro passado, cinco professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) foram acusados de "insubordinação, descumprimento de deveres funcionais e indisciplina" após discordarem da determinação do diretor da faculdade que tornava as aulas à distância obrigatórias.

Eles também foram alvo de representações criminais. Em nota, a administração da universidade disse serem "infundadas as acusações, repercutidas via redes sociais, de perseguição política por parte da Reitoria".

Algumas das situações registradas ocorreram mesmo antes do início do governo Jair Bolsonaro, a partir de outubro de 2018. Há um caso que data de março de 2015. "Antes, esse tipo de coisa era exceção à regra. A novidade é que este governo instituiu o que estamos chamando de "assédio institucional" como método, como regra", disse Cardoso Junior.

LSN. Servidores e especialistas ouvidos pelo Estadão dizem ver relação com o aumento do uso da Lei de Segurança Nacional (LSN) para investigar críticos do presidente Jair Bolsonaro, e enxergam semelhanças entre as duas situações.

"Tudo isso é fruto da questão política que hoje tem tomado conta de instrumentos legais, de natureza penal e também do tipo administrativo sancionador", diz o professor Cláudio Langroiva, especialista em direito processual penal da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). "Essa manipulação do uso (de leis e normas internas dos órgãos) se revela muito mais como instrumento de perseguição política do que para o cumprimento da lei." Procurados, CGU e o Palácio do Planalto não se pronunciaram até a conclusão desta edição.

I Lei de Segurança

O PSDB entrou com ação no STF e o senador Cid Gomes (PDT-CE) apresentou um projeto de lei, ambos para derrubar a Lei de Segurança Nacional, editada na ditadura para listar crimes contra a ordem política e social.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria pressiona governo por reformas



Debate. Andrade, presidente da CNI, aponta relevância da Agenda Legislativa da Indústria

Célia Froufe

Em ano pré-eleitoral, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que há um aumento da urgência das votações consideradas estratégicas para o País, como as reformas tributária e administrativa.

Este será o pedido da Agenda Legislativa da Indústria, que será entregue hoje ao presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O documento elaborado em parceria com 110 entidades do setor produtivo aponta prioridades para melhorar o ambiente de negócios e viabilizar o crescimento do País. "Na avaliação da CNI, 2021 é um ano estratégico para as pautas avançarem já que não haverá eleições e os parlamentares podem concentrar esforços em promover ajustes que aumentem e melhorem o ambiente de negócios, garantam a sobrevivência das empresas e estimulem a geração de empregos", elencou a entidade.

A agenda apresenta 140 proposições, incluindo uma "pauta mínima" com 14 projetos considerados prioritários. "A pandemia de covid-19 gerou a necessidade de união de todos os brasileiros em favor da saúde e do sustento dos trabalhadores e de suas famílias e, mais que nunca, precisamos adotar medidas que não só facilitem, mas também estimulem a recuperação dos empregos e o crescimento da economia", afirma o presidente da CNI, Robson Andrade.

"Nesse cenário, de recuo do **PIB** (Produto Interno Bruto) e de elevado índice de desemprego, a Agenda Legislativa da Indústria ganha ainda mais relevância", acrescentará Andrade sobre o documento que este ano completa 26 anos de existência.

Pauta mínima. Nos itens da pauta mínima, dois projetos já foram aprovados: a nova Lei do Gás e a

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial, que viabilizou uma nova rodada do auxílio com medidas de cortes de gastos. O setor também defende o andamento célere da modernização do setor elétrico, do licenciamento ambiental, das debêntures de infraestrutura, a **reforma tributária**, abertura do mercado de gás natural, a recuperação jurídica e falência das micro e pequenas empresas (MPes), o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), a redução da tributação das empresas com a revisão da tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física, a descon sideração da personalidade jurídica, o projeto de lei sobre expatriados e a reforma administrativa.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PPAL), previu que o Congresso aprovará a reforma administrativa em até quatro meses e a tributária, em oito meses. "Estamos agora em uma nova fase, em que os Poderes deixaram para trás o acotovelamento que se via no passado. Isso é condição sine qua non para podermos apresentar as pautas relevantes para a economia e aprová-las com celeridade, ainda mais agora, com o recrudescimento da pandemia", disse à CNI. Na mesma publicação, o presidente do Senado também se mostrou alinhado com a CNI, ao dizer que a **reforma tributária** é um dos seus principais compromissos à frente da Casa. "O importante é que a reforma nos garanta um sistema mais justo e muito mais simples", afirmou.

A CNI enfatizou que, desde a primeira edição da Agenda Legislativa, em 1996, 16.283 propostas de interesse foram analisadas, sendo 1.380 destacadas com alta relevância para a indústria.

Até hoje, 180 propostas se tornaram lei, sendo que 77% de forma convergente com as sugestões do setor produtivo. Entre as principais conquistas alcançadas, a entidade destacou a recente aprovação da Nova Lei do Gás, as reformas da **Previdência Social** (1999 e 2019), a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri (2019), a Reforma Trabalhista e a Regulamentação da Terceirização (2017), e a Lei de Propriedade Industrial (1996).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Troca lenta no ministério atrapalha combate à Covid, dizem gestores



SAÚDE NO LIMBO. Queiroga e Pazuello: enquanto crise se agrava, questões burocráticas adiam a troca de comando

PAULA FERREIRA, LEANDRO PRAZERES E JUSSARA SOARES sociedade@oglobo.com.br BRASÍLIA

A demora na oficialização da troca do ministro da Saúde, anunciada na semana passada, tem repercutido mal entre governadores e secretários. Em meio ao agravamento da pandemia, a pasta está sem comando definido, atrapalhando a condução do combate à Co-vid-19. Antes das esferas estaduais e municipais ainda têm tratado as questões urgentes com o atual ministro, Eduardo Pazuello, e sua equipe, mas sem saber o que esperar do cardiologista Marcelo Queiroga e se haverá mudança de rumo.

Ontem, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desejou ao novo ministro "competência e firmeza" e disse que a condução da pandemia deveria ser alinhada em todas as esferas de poder. A organização também alertou para o fato de que as mortes pela Covid-19 no país dobraram no último mês. "A mensagem extremamente importante que ele (Queiroga) já se posicionou foi de as políticas de saúde serem baseadas em evidências científicas (...) e que sejam alinhadas nas três esferas de governo", disse a vice-diretora geral da OMS, Mariângela Simão.

Segundo gestores, formou-se um vácuo na pasta que impossibilita a resolução de questões da pandemia. Além disso, a demora na posse tem atrapalhado as investigações em curso sobre o Ministério da Saúde no Ministério Público Federal (MPF).

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), diz que as discussões seguem com a equipe de Pazuello, e que o futuro ministro não entrou no circuito para debater temas urgentes com os estados. O governador cita as negociações sobre a compra de vacinas pelo Consórcio Nordeste e de medicamentos para intubação.

- A conversa foi com o ministro que está saindo, porque agora é no gerúndio, e não fizemos reunião com ministro que está entrando.

E esse saindo e entrando já tem uma semana -disse.

Gestores reclamam que "nada avança" na pasta. A data para a posse de Queiroga já foi alterada diversas vezes. A última previsão é que ocorra na quinta-feira, mas o governo evita cravar o dia. As conversas sobre questões relacionadas à pandemia têm sido assumidas pelo atual secretário executivo, Elcio Franco, mas, segundo interlocutores, nem ele sabe dizer se continuará no ministério com a saída de Pazuello.

Como O GLOBO mostrou, o impasse em relação ao destino de Pazuello após a saída da pasta e os trâmites burocráticos de Queiroga para se desvincular de empresas das quais é sócio têm atrasado a nomeação.

-Espero que essa situação seja resolvida o quanto antes. Há urgência - afirmou o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Carlos Eduardo Lula.

INVESTIGAÇÕES IMPACTADAS

Outra esfera na qual a demora na nomeação gera impasse é a judicial. Há ao menos quatro investigações em curso conduzidas pelo MPF sobre a atuação do ministério no combate à Covid-19. Em uma delas, que tramita no Distrito Federal, a indefinição sobre quem está, de fato, no comando da pasta está atrasando a obtenção de informações sobre as ações do ministério.

Na semana passada, a Procuradoria da República no Distrito Federal (PR-DF) enviou um ofício a Queiroga como ministro da Saúde logo após ele ser anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro. O ofício pedia

informações sobre um aplicativo lançado pelo governo federal que recomendava medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da Covid-19.

Como Queiroga foi anunciado ministro, a responsável pelo envio do ofício seria a Procuradoria Geral da República (PGR). A PR-DF enviou o ofício à PGR solicitando que ela pedisse as informações junto ao ministério. Já que Queiroga ainda não assumiu, o ofício terá de retomar à PR-DF e só deverá ser enviado novamente quando ele for nomeado.

O novo ministro da Saúde já é aguardado na próxima semana na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara. O requerimento do convite foi aprovado pelo colegiado na última quarta-feira, quando estava marcada a ida de Pazuello. Com o anúncio da substituição, a visita do ministro foi cancelada. A comissão decidiu que Queiroga fosse convidado a falar sobre a pandemia e seu plano para a crise sanitária.

- Queremos que ele vá à comissão apresentar o mais rápido possível o que ele quer fazer para o país. Foi apresentado no Congresso um cronograma de vacinação que é inaceitável. É grave e não estamos podendo perder uma semana. Cada dia são 3 mil mortes - disse o deputado Alexandre Padilha (PT-SP), integrante da comissão e ex-ministro da Saúde.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo?token=1d93c4859340323000016>

Golpe usa prova de vida digital para pedir foto de aposentado do INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) alerta sobre um novo tipo de golpe em que criminosos ligam para aposentados e pensionistas, orientando para que façam a prova de vida on-line, por causa da pandemia. Na ligação fraudulenta, são informados todos os dados pessoais da vítima e é enviada uma mensagem, por WhatsApp, pedindo para que o beneficiário envie uma foto de um documento para finalizar o processo.

O **INSS** recomenda que, em caso de recebimento desse tipo de ligação, o segurado desligue o telefone e não forneça qualquer informação.

"Fornecer dados a golpistas é perigoso, uma vez que eles podem usar as informações pessoais para cometer outros atos ilícitos, como empréstimos consignados não autorizados pelo segurado", esclareceu o **INSS**, ressaltando que não faz contato por telefone para prova de vida.

O governo federal anunciou, no fim de fevereiro, que a prova de vida digital já está disponível para 5,3 milhões de beneficiários, mas, em razão da pandemia, o procedimento só voltará a ser obrigatório no banco em maio. Aqueles que estiverem aptos a fazer o procedimento por biometria facial - na qual o segurado usa o celular para tirar uma selfie - são informados pelo **INSS** por SMS, e-mail, pelo portal ou pelo aplicativo Meu **INSS**.

- Os criminosos têm praticamente todos os dados das vítimas. Tudo que precisam é de um documento digitalizado para completar a solicitação de um cartão de crédito ou abrir uma conta digital, por exemplo - diz Fabio Assolini, analista sênior de segurança da Kaspersky no Brasil.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Funpresp facilita resgate e portabilidade

Edna Simão De Brasília

A Fundação de **Previdência Complementar** do Serviço Público (Funpresp) vai permitir que seus participantes façam o resgate antecipado de suas contribuições e o saque de até 100% do valor que contribuiu no momento da aposentadoria. O servidor ainda poderá suspender por até três anos os pagamentos para o fundo. Além disso, as regras de portabilidade foram flexibilizadas com a retirada do prazo de carência.

Essas mudanças constam dos novos regulamentos dos planos de benefício da Funpresp, aprovados na última sexta pela Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc). Com isso, segundo o diretor-presidente da Funpresp, Ricardo Pena, os planos do Rindo se aproximam do que é ofertado por instituições abertas de previdência, o que era uma demandados participantes.

Mas as alterações não tiveram apenas esse objetivo. Com a promulgação da reforma da Previdência em novembro de 2019 foram estabelecidas novas regras para concessão de aposentadorias e benefícios de risco como pensão e invalidez que precisavam ser incorporadas aos regulamentos dos planos de forma a garantir e proteger os benefícios dos servidores.

Pena disse ao Valor que os ajustes darão maior flexibilidade para os participantes na utilização de suas reservas, o que era um pedido de muitos interessados. O diretor-presidente explicou que as mudanças impediram que as contribuições destinadas ao chamado fundo coletivo (FCBE), que financia os benefícios de risco, tivessem seu custo aumentado. Sem as adequações, o FCBE se tornaria bem mais caro para os participantes, pois seria necessário o pagamento de benefícios em torno de 30% maiores - o que não estava anteriormente precificado no custeio dos planos.

Pela legislação, a contribuição para os planos ExecPrev e Legis-Prev é limitada a 17% do salário de participação, no máximo de 8,5% do participante e 8,5% do patrocinador. Esses 17% são usados para financiar todos os benefícios do plano: a conta individual do participante destinada à aposentadoria programada, o fundo coletivo (FCBE) que financia os benefícios de risco e o custeio administrativo da fundação.

Atualmente, a cada R\$ 100 de contribuição do

participante cerca de R\$ 80 vão para a reserva individual dele, R\$ 18 para o FCBE e o restante vai para a taxa de carregamento, responsável pelo custeio administrativo da fundação. Com a mudança, vai aumentar para, aproximadamente, R\$ 85 (portanto 85%) a parcela destinada à reserva individual. Se o participante quiser uma cobertura maior para benefícios de risco, poderá fazer a contratação separada. "Mas a mudança não significa redução de benefícios", afirmou, reforçando que é uma adaptação à nova realidade imposta pela reforma da Previdência.

No caso da portabilidade de recursos, Pena ressalta que a extinção do prazo de carência pode estimular que os **servidores públicos** tragam suas economias para o Funpresp. Segundo ele, nos últimos oito anos de existência do fundo dos servidores, R\$ 60 milhões migraram para o Funpresp e R\$ 6 milhões retiraram o recursos para coloca-los em outro fundo.

Criada há oito anos, a Funpresp tinha como objetivo de atenuar o elevado déficit do regime de previdência dos **servidores públicos**, dando sustentabilidade ao sistema no longo prazo. Com a medida, trabalhadores que ingressaram no serviço público a partir de 2013 passaram a ter a aposentadoria limitada ao teto do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), que atualmente é de R\$ 6.433,57-e, se quiserem receber um valor maior que esse limite, os servidores podem de aderir à Funpresp. Hoje o fundo conta com 100 mil participantes de 120 carreiras e paga 140 benefícios de pensão e invalidez.

A reforma da Previdência, promulgada em novembro de 2019, fixou uma idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens do setor público e privado e alterou os critérios de cálculo do valor do benefício para impedir aposentadorias precoces concedidas, especialmente, no benefício por tempo de contribuição.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186757

Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 2021

Bernardo Caram

Na primeira avaliação formal de gastos públicos feita neste ano, o Ministério da Economia concluiu que as contas de 2021 estão estourando o limite do teto de gastos em aproximadamente R\$ 17,6 bilhões.

As despesas até fevereiro e a projeção do valor previsto até o encerramento do ano indicam que o governo precisará cortar gastos para ajustar as contas e não desrespeitar a regra fiscal.

O teto de gastos limita o crescimento de despesas públicas à variação da inflação, com algumas exceções. A regra foi criada em 2016 com o objetivo de travar a trajetória de alta das despesas públicas.

Como o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado pelo Congresso, a análise da pasta compara as projeções atuais com os valores previstos pelo PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), enviado ao Legislativo em agosto do ano passado.

O texto do PLOA trazia margem zero em relação ao teto. Isso significa que qualquer ampliação nas previsões de gastos sujeitos a essa norma levaria a um desenquadramento da regra.

De acordo com um integrante da pasta, a pressão sobre o teto foi influenciada, principalmente, pelo reajuste do salário mínimo e a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que impactam custos do governo com benefícios do INSS, seguro desemprego, abono salarial e outros benefícios assistenciais.

Agora, no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o Ministério da Economia estima, por exemplo, que haverá R\$ 8,5 bilhões a mais de gastos com a conta da Previdência.

Um descompasso nas regras fiscais ampliou a pressão. Isso porque o ajuste no limite do teto em 2021 levou em conta a inflação apurada até junho do ano passado, que ficou em nível baixo. O salário mínimo e benefícios previdenciários, por sua vez, foram ajustados com base em um índice de preços apurado em dezembro, quando a inflação já havia acelerado. Isso fará com que os gastos cresçam mais do que o teto.

Em dezembro de 2020, a Folha mostrou que técnicos do governo já apresentavam preocupação com o teto de gastos e previam que o Orçamento de 2021 teria de ser cortado em até R\$ 20 bilhões para que a regra não fosse desrespeitada.

Para se adequar à norma, o governo não precisa cortar despesas imediatamente. O ajuste pode ser feito gradualmente ao longo do ano.

Se os limites estão estourados em relação ao teto, a avaliação da pasta mostra que a meta fiscal ganhou uma folga.

A meta fiscal é o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros.

Esse compromisso para 2021 foi estipulado em um déficit de R\$ 247,1 bilhões. Ao recalcular as projeções para o ano, o ministério agora estima que foi aberta uma margem de R\$ 20,9 bilhões em relação à meta.

A abertura se deve a uma reestimativa das receitas líquidas, que devem ficar R\$ 61,8 bilhões acima do previsto. As despesas, por sua vez, devem crescer em menor intensidade, uma elevação de R\$ 54,5 bilhões.

Além disso, o PLOA, usado como base de comparação, tinha meta mais apertada, de déficit de R\$ 233,6 bilhões.

Um técnico da pasta afirma que essa abertura foi motivada pela revisão dos parâmetros econômicos para o ano, como inflação, câmbio e preço do petróleo.

Como consequência das duas contas, o ministério afirma que as projeções indicam a possibilidade de ampliação de gastos nessa folga de R\$ 20,9 bilhões em relação à meta, ao mesmo tempo em que é necessário ajustar as despesas em R\$ 17,6 bilhões para que o teto de gastos seja respeitado.

A pasta pondera que, como o Orçamento ainda não foi aprovado pelo Congresso, no momento não é possível fazer as movimentações nas contas.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/governo-preve-corte-de-r-176-bilhoes-em-gastos-para-nao-estourar-teto-em-2021.shtml>

Uma proposta para o desafio da inclusão social no país (2)

Adriano Pitoli, Economista e líder do fundo de govtech da KPTL

A ampliação dos programas de assistência aos mais pobres, uma **reforma tributária** que melhore a eficiência da economia e destrave a criação de emprego e a preservação do equilíbrio fiscal estão no centro do debate econômico do país. Embora as propostas sejam altamente meritórias e guardem amplo apoio em diferentes estratos da sociedade, a dificuldade para encontrar uma solução para esse trilema tem elevado a temperatura na política e, por extensão, no mercado financeiro.

A visão mais cética de que esses objetivos sejam inerentemente inconciliáveis é, felizmente, precipitada. A solução do trilema pode não ser tão difícil quanto parece e tem como senha um rigoroso cumprimento dos requisitos fundamentais de uma política pública eficiente: boa focalização e incentivos corretos.

Como ensina o economista americano Richard Thaler, ganhador do Prêmio Nobel de 2017, para se obter grandes avanços em alguns objetivos sociais bastante importantes basta, às vezes, um pequeno empurrão ("nudge"). O que se propõe aqui é um "super-nudge" para o resgate social dos excluídos.

Começando com a questão da desoneração da folha, é crucial que os recursos oriundos das limitadas possibilidades de renúncia fiscal sejam dirigidos exclusivamente à contratação de trabalhadores que, por diferentes razões, estejam em uma situação de baixa competitividade para disputar as vagas disponíveis no mercado de trabalho -como é o caso dos jovens, das pessoas com baixa qualificação, dos que estão desempregados há muito tempo, mulheres, negros e vários outros segmentos da sociedade que concentram taxas mais elevadas de desemprego e baixos rendimentos.

Mas como nem todas as pessoas que pertencem a esses grupos são outsiders e, ao mesmo tempo, profissionais com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho existem em todos os grupos sociais, é preciso condicionar o incentivo tributário a um marcador não discriminatório e democrático e que ao mesmo tempo tenha baixo custo operacional e esteja sujeito a um pequeno risco de fraudes. A boa notícia é que um marcador universal com todos esses

atributos pode ser encontrado no próprio registro em carteira dos trabalhadores.

Assim, uma política de criação de emprego e renda altamente focalizada, de baixos custos operacionais, flexível e que proporcione incentivos corretos às empresas e aos trabalhadores poderia ser baseada em um programa de desoneração da folha seletivo e temporário, vigente por um intervalo de tempo que fosse proporcional ao período que o trabalhador tenha ficado fora do mercado formal de trabalho -digamos nos últimos cinco anos.

Contando com um período adequado de desoneração, os trabalhadores menos competitivos poderão atrair o interesse dos empregadores e, uma vez inseridos no mercado de trabalho, poderão elevar a sua competitividade -graças aos ganhos de treinamento e qualificação, de redução de assimetria de informação, construção de networking etc.-, de modo que, após o término da vigência do incentivo, poderão se manter no mercado de trabalho sem a necessidade de um diferencial tributário.

Um programa de desoneração da folha seletivo e temporário nos moldes descritos acima, ainda que dispendioso, poderia custar uma fração de um programa mais generalizado e permanente de desoneração e com um potencial muito maior de geração de emprego e renda.

Como vários especialistas já alertaram, uma série de estudos internacionais demonstram que desonerações generalizadas da folha, além de terem um custo elevadíssimo em termos de renúncia fiscal, resultam basicamente em elevação dos salários para os que já estão empregados, com pouca geração de novos postos de trabalho.

O programa aqui proposto poderia também ser uma solução melhor, tanto em termos econômicos quanto sociais, que os projetos que vem sendo discutidos de expansão dos programas de transferência de renda, como o Renda Brasil, já que todos os recursos seriam canalizados diretamente para a porta de saída do modelo -ou seja, para a inserção produtiva das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

[...] Estudos internacionais demonstram que desonerações generalizadas da folha, além de terem

um custo elevadíssimo em termos de renúncia fiscal, resultam basicamente em elevação dos salários para os que já estão empregados, com pouca geração de novos postos de trabalho

Adriano Pitoli, Economista e líder do fundo de govtech da KPTL

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49474&anchor=6430792>

Pacheco defende novo Refis, sob a oposição da equipe econômica

Fábio Pupo e Renato Machado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defende um novo programa de negociação para devedores de **impostos** da União, mas a equipe econômica tenta resistir.

O senador argumenta que os efeitos da pandemia demandam a criação da medida e, para isso, defende um texto apresentado por ele no ano passado que permite a devedores eliminar seus passivos com a União com perdão de até 100% de juros e multas.

Técnicos do Ministério da Economia ouvidos pela Folha se posicionam de forma contrária e defendem que não há necessidade de criar mais um Refis (como são chamados programas amplos de renegociação tributária), principalmente porque já existem instrumentos de renegociação para os afetados pela pandemia.

Foram criadas pelo ministério diferentes iniciativas para renegociar as dívidas desde a criação da lei do Contribuinte Legal (a 13.988), sancionada em abril de 2020 como resultado de uma medida provisória.

Quando enviou a M P ao Congresso, o objetivo da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) era justamente evitar a criação periódica de programas amplos de parcelamentos especiais, criticados pelos técnicos por, entre outros motivos, beneficiarem quem deixa de pagar **impostos** já contando com os programas.

A proposta da M P era permitir descontos e prazos apenas em casos de comprovada necessidade, premissa usada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (a PGFN) para criar as medidas de renegociações a partir da lei.

Em 10 de fevereiro, por exemplo, foi editada pela PGFN a portaria 1.696. A medida criou regras para a negociação de **tributos** vencidos de março a dezembro de 2020 e não pagos devido aos impactos da pandemia.

Em 1º de março, foi publicada pela PGFN a portaria 2.381, que reabre os prazos para empresas entrarem no Programa de Retomada Fiscal. O texto reúne um conjunto de medidas para estimular a regularização

dos débitos.

Na visão dos técnicos, as regras existentes já seriam suficientes para atender os impactados pela crise. A diferença vista por eles é que os programas existentes hoje são voltados a quem tem menos condições de pagar.

Já um Refis mais amplo acabaria beneficiando quem tem mais condições. Empresas e pessoas físicas que não tiveram qualquer impacto poderiam se beneficiar, inclusive os que tiveram aumento de receita durante a crise.

Por tudo isso, o posicionamento expresso por técnicos de diferentes áreas é que o posicionamento a uma nova proposta é contrário.

Apesar disso, a visão é que, como a demanda veio do Congresso e é apoiada pelo presidente do Senado, será uma tarefa difícil segurar a proposta completamente.

O próprio Guedes afirmou no ano passado que renegociar as dívidas tributárias das empresas durante a crise seria o mínimo a ser feito, mas o entendimento expresso pelo ministério posteriormente é que as regras em vigor já permitiriam as renegociações sem novas leis.

Pacheco afirmou nesta segunda-feira (22) que o novo Refis terá condições "melhores", por causa das dificuldades enfrentadas pelos empresários durante a pandemia do novo coronavírus.

O Congresso começou há duas semanas discussões com a equipe econômica do governo federal.

O relator da proposta é o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo no Senado. A expectativa é que a proposta possa ser discutida no plenário do Senado na semana após a Páscoa, apesar da resistência do time de Guedes.

A proposta em discussão é um projeto de lei apresentado pelo próprio Pacheco, no ano passado.

Pacheco disse que a situação da Covid está pior do que no ano passado e que por isso seria necessário repetir medidas de auxílio -sobretudo aos pequenos e

médios empresários.

"Então estamos cobrando do Ministério da Economia que estabeleça um pacote de socorro na crença de que isso agora vai ser temporário, passageiro e num curto espaço de tempo, porque a vacina nós temos muita expectativa nela", afirmou o presidente do Senado.

Pacheco então mencionou que o projeto do novo Refis será mais "dádivoso" e com "melhores condições".

"É um projeto que ingressei no ano passado, de minha autoria no Senado Federal, que é o projeto do Refis, a reabertura de um programa de regularização tributária que seja mais dadivoso, com melhores condições em razão do momento que nós vivemos de pandemia, do que foi no ano de 2017", afirmou.

Pacheco disse que a proposta está sendo negociada com o Ministério da Economia para gerar um alento ao contribuinte e também a possibilidade de receita extraordinária por parte da União.

"Pode eventualmente o empresário recorrer ao sistema financeiro com a taxa Selic mais reduzida para pagar o tributo", completou.

Em uma outra frente, o presidente do Senado também afirmou que a Casa vai analisar um projeto de repatriação e outro de mudança na atualização nos valores de ativos declarados por pessoas jurídicas e pessoas físicas (permitindo atualização dos números no Imposto de Renda e, com isso, menor tributação no ato da venda).

Pacheco voltou a defender um novo programa social permanente e afirmou que essa proposta deve sair durante os quatro meses de vigência do auxílio emergencial.

Ele afirmou que espera aprovar a reforma administrativa ainda no primeiro semestre deste ano e reforçou que a proposta não deve enfrentar dificuldades para a sua tramitação por tratar de obrigações futuras, sem mexer com direitos adquiridos para os atuais servidores.

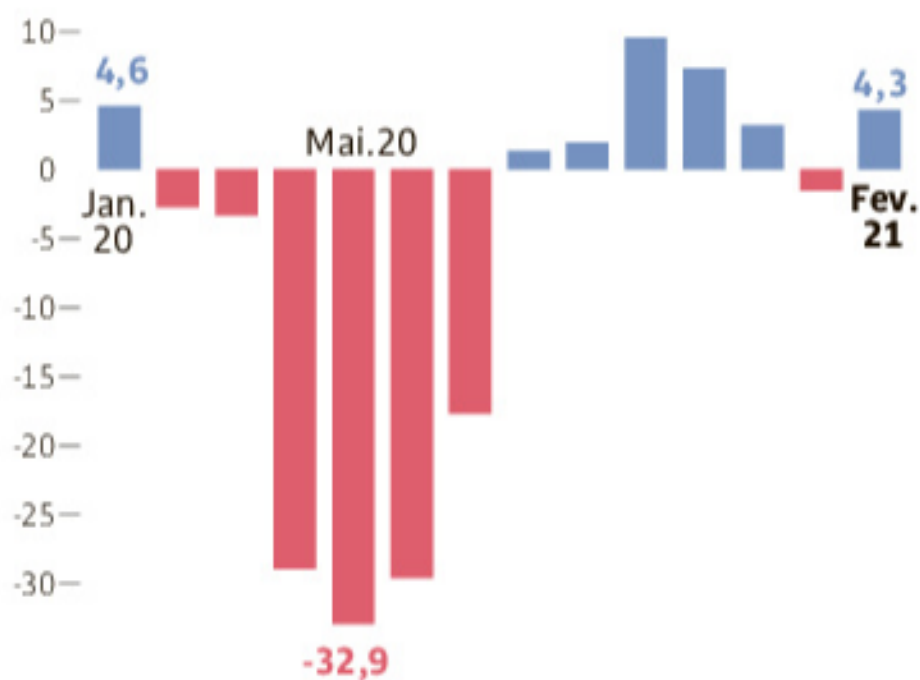
Por outro lado, o presidente do Senado voltou a falar que haverá dificuldades, mas que os atores envolvidos devem negociar tendo em mente a arte de "ceder", e não de "conquistar".

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Arrecadação bate recorde em fevereiro

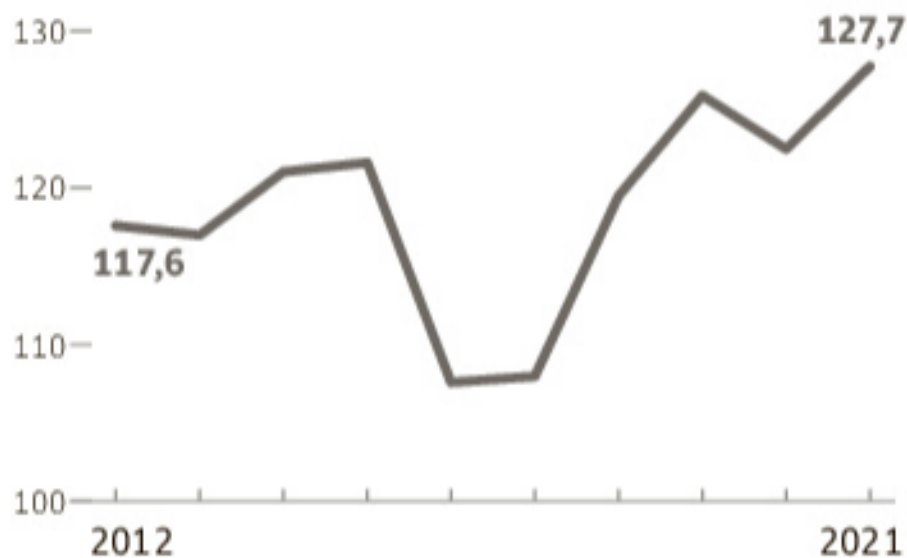
Variação real da arrecadação

Contra mesmo mês de um ano antes, em %



Resultados em meses de fevereiro

Corrigidos pela inflação, em R\$ bilhões



Fonte: Receita Federal

Em trapalhada do governo, FNDE erra transferência de R\$ 766 mi do Fundeb

Paulo Saldana

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) cometeu erros milionários em transferências de recursos do Fundeb, o que causou prejuízo aos cofres da União. Devido ao erro três estados e respectivos municípios receberam dinheiro a mais do que lhes eram previstos. Por outro, seis estados ganharam valores a menos.

A lambança ocorreu em janeiro com a primeira parcela da complementação que a União faz ao fundo, principal meio de financiamento da educação básica. De R\$ 1,18 bilhão previsto, R\$ 766 milhões foram repassados equivocadamente pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O órgão é ligado ao Ministério da Educação e controlado por indicações do centrão.

O FNDE identificou o erro, determinou as restituições, mas houve muitos municípios que já haviam utilizado o dinheiro recebido a mais quando o Banco do Brasil tentou fazer o estorno. Isso causou prejuízo para o FNDE de ao menos R\$ 1,3 milhão, de acordo com documentos obtidos pela Folha. São valores referentes a novo aporte que o fundo teve de realizar ao banco para que os entes recebessem o que lhes era devido.

O Fundeb foi renovado no ano passado com a previsão de maior participação da União. Mas essa parcela, paga em janeiro, ainda seguiu as regras anteriores, em uma fase de transição de modelo. Questionado, o FNDE não respondeu até a conclusão desta edição.

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, pastor Milton Ribeiro, promoveram na tarde desta segunda-feira (22) evento para a assinatura de um decreto que regulamenta novas regras.

Apesar de medida técnica de operacionalização, o governo fez o evento visando faturar politicamente em cima do novo formato do fundo. O governo sempre foi contrário ao aumento de recursos para a educação conquistado com o Fundeb. Agora, lança mão de um ato administrativo para organizar esse que é o primeiro evento político sobre o tema, cuja emenda constitucional foi promulgada em agosto de 2020 pelo Congresso Nacional. O MEC praticamente não participou dos debates no parlamento sobre o texto.

Na cerimônia, Bolsonaro, Ribeiro e o ministro Paulo Guedes (Economia) elogiaram o fundo. Guedes atuou fortemente na tramitação do projeto contra as novas regras e tentou contrabandear recursos do fundo para um programa de assistência social.

Também foram lançadas nesta segunda cartilha e manual para estados e municípios se adequarem às diretrizes. Ainda para faturar politicamente, Milton Ribeiro, visto como decorativo na Esplanada, determinou a inclusão de seu nome e um texto de apresentação na abertura do manual.

A inclusão de última hora causou muita estranheza internamente porque Ribeiro não teve qualquer influência ou ciência do que foi realizado, segundo relatos de membros de sua equipe. Antes, era um texto do presidente do FNDE, Marcelo Lopes da Ponte, que abria o material.

O governo vai veicular campanha publicitária sobre os documentos, ainda que voltados só a gestores educacionais.

O Fundeb reúne parcela de **impostos** de estados e municípios e uma complementação da União para atender a estados e aos respectivos municípios que não atingem valor mínimo por aluno a cada ano. Nove estados deviam receber a complementação em janeiro, mas só para um os recursos chegaram corretamente: Alagoas, com R\$ 40 milhões.

Do total de R\$ 1,18 bilhão dessa parcela de complementação, R\$ 382,9 milhões foram pagos a mais do que o devido a Ceará, Paraíba e Ido de Janeiro. Por outro lado, R\$ 383 milhões deixaram de ser pagos a Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco e Piauí.

O Rio de Janeiro nem tinha direito à complementação, mas recebeu R\$ 48,5 milhões indevidamente. Um caso esdrúxulo foi o da Paraíba, que fazia jus a R\$ 10,4 milhões e recebeu R\$ 283,2 milhões a mais.

No FNDE, a trapalhada foi atribuída a uma carência de pessoal. O problema atinge a autarquia desde o início da gestão Bolsonaro.

O fundo havia conseguido, em conjunto com o Banco

do Brasil, a devolução, até o mês passado, de R\$ 30,3 milhões de 27 municípios, conforme os documentos oficiais. Secretarias de Educação consultadas pela reportagem informaram que houve pequenos atrasos e os problemas foram resolvidos com celeridade, mas há municípios que reclamam de queda no repasse, como no Pará.

Até 2020, a complementação da União refere-se a 10% do bolo do Fundeb-regra que continuou a valer nesta primeira remessa. Essa complementação será de 12% neste ano, o que deve alcançar R\$ 19,6 bilhões. O novo Fundeb prevê que até 2026 o papel da União chegue a 23%. Isso aumentará o número de estados e municípios com direito ao aporte extra. Também há novas regras de distribuição dos recursos.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Governo Biden prepara pacote de investimentos de até US\$ 3 trilhões

James Politi, Martin Crutsinger

Joe Biden avaliará um plano proposto por seus principais assessores de injetar aproximadamente US\$ 3 trilhões em gastos governamentais adicionais na economia dos EUA para investimentos e infraestrutura, energia limpa e educação, disseram ontem duas pessoas familiarizadas com o assunto.

O respaldo fiscal adicional à recuperação dos EUA cumprirá as promessas feitas por Biden na eleição presidencial de 2020 de enfrentar algumas das principais deficiências estruturais que afligem a economia americana. Prevê-se que os efeitos fiscais do projeto serão parcialmente neutralizados por aumentos de impostos sobre famílias ricas e empresas americanas.

Se adotado, o plano representará o segundo estágio da ambiciosa agenda econômica de Biden, após o Congresso ter aprovado um plano de estímulo de US\$ 1,9 trilhão para prestar alívio imediato a famílias durante a pandemia.

Nas últimas semanas, os assessores de Biden se concentraram nos planos de investimento em infraestrutura e educação, e deverão apresentar propostas mais detalhadas ao presidente nesta semana. Pessoas a par da questão disseram que Biden ainda não tomou decisão definitiva sobre nenhum ponto e que nada tinha sido efetivamente concluído.

"O presidente Biden e sua equipe estudam uma série de alternativas potenciais de como investir na classe trabalhadora e reformar nosso código fiscal de modo a que ele recompense o trabalho, não a riqueza", disse a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki. "Essa discussão continua, portanto qualquer especulação sobre propostas econômicas futuras é prematura e não reflete o pensamento da Casa Branca."

Biden tinha dito anteriormente que queria apresentar seu pacote de investimentos de vários trilhões de dólares já em fevereiro, mas essa meta foi deixada de lado para que autoridades e parlamentares se concentraram em aprovar o pacote de estímulo contra a crise da covid-19 de US\$ 1,9 trilhão.

Obter aprovação do Congresso para uma nova rodada

de gastos enormes com maiorias estreitas dos democratas tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado pode ser ainda mais difícil do que foi no caso do pacote de estímulo.

Embora os republicanos do Congresso tenham várias vezes manifestado interesse em aprovar mais gastos em infraestrutura, eles resistem em subir impostos e outras iniciativas de gastos internos.

Durante a campanha presidencial, Biden propôs subir a alíquota de imposto da pessoa jurídica de 21% para 28%, e elevar os impostos das pessoas físicas que ganham mais de US\$ 400 mil ao ano.

O jornal "The New York Times" informou em primeira mão que os assessores econômicos de Biden estavam próximos de apresentar ao presidente um plano de investimentos no valor de US\$ 3 trilhões nesta semana, observando que eles estudam a possibilidade de dividi-lo em dois pacotes diferentes.

O primeiro para investimentos em infraestrutura tradicional e em energia limpa, enquanto o segundo seria focado em cuidados com a infância e educação, incluindo financiamento para universalizar a pré-escola e faculdades comunitárias gratuitas.

Economistas são a favor de mais gastos, diz Nabe

A maioria de economistas privados acredita que a recuperação da economia será beneficiada pelo aumento dos gastos do governo dos EUA, apesar das preocupações nos mercados financeiros de que o pacote de ajuda financeira de US\$ 1,9 trilhão do presidente Joe Biden contra a covid-19, aprovado recentemente pelo Congresso, possa provocar inflação.

É o que revela uma pesquisa divulgada ontem pela National Association for Business Economics (Nabe), principal entidade de economistas dos EUA, que ouviu 205 profissionais. A pesquisa foi realizada enquanto o pacote de ajuda era analisado pelo Congresso, antes de ser aprovada e sancionada.

O pacote de ajuda, proposto por Biden e apoiado somente pelos democratas no Congresso, está distribuindo cheques de US\$ 1.400 para a maior parte dos adultos americanos, renovou uma ajuda federal

para os desempregados e proporciona mais uma rodada de auxílio a pequenas empresas, entre outras coisas. Mas alguns economistas e muitos republicanos temem que o tamanho do pacote possa acelerar a **inflação** e até mesmo forçar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a elevar prematuramente as taxas de juros.

Mesmo assim, entre os economistas privados consultados pela Nabe, 41% descreveram a atual política fiscal do governo, incluindo esses gastos, como "aceitável" e outros 25% disseram que ela é muito limitada. Apenas 34% caracterizaram a atual política fiscal como um estímulo excessivo para a economia, embora esse número tenha crescido bastante em relação aos 17% que disseram a mesma coisa em agosto, quando a NABE realizou sua pesquisa anterior.

Na semana passada, as previsões revisadas das autoridades do Fed mostraram que eles deverão manter a taxa de juro de curto prazo próxima de zero até 2023. Mas a pesquisa da Nabe constatou que a ampla maioria dos participantes acredita que a primeira alta dos juros pelo Fed acontecerá antes disso, com quase três entre cada cinco economistas apostando que o banco central começará a subir os juros antes do fim de 2022.

A pesquisa constatou que 12% dos participantes acreditam que o Fed começará a subir os juros já neste ano; 46% acreditam que isso terá início em 2022. Outros 28% disseram acreditar que o primeiro aumento dos juros pelo Fed acontecerá antes do fim de 2023.

Somente 12% dos economistas da Nabe acham que o Fed vai se ater à sua previsão de manter os juros próximos de zero até pelo menos 2023, para fornecer um apoio sistemático à economia.

Em uma coletiva de imprensa na semana passada, depois da última reunião de política monetária, o presidente do Fed, Jerome Powell, observou que o banco central quer ver uma melhora substancial no mercado de trabalho e na economia. As previsões do Fed mostram que ele não espera um retorno da taxa de desemprego (hoje em 6,2%) ao nível pré-pandemia, de 3,5%, antes do fim de 2023.

Powell disse que o Fed espera um salto temporário da **inflação** neste segundo trimestre, mas avalia que os aumentos nos preços se acomodarão assim que a economia for totalmente reaberta. Os economistas da Nabe demonstram menos confiança. A maioria acredita que o risco de uma alta da **inflação** é maior agora do que nas duas últimas décadas, quando a **inflação** permaneceu abaixo da meta anual de 2% do

Fed.

Os temores com os déficits públicos aumentaram, depois que o governo cravou um déficit recorde de US\$ 3,1 trilhões em 2020, e com os déficits futuros projetados para permanecer acima de US\$ 1 trilhão. A pesquisa da Nabe constatou que 64% dos economistas são a favor da implementação de políticas estruturais - gastos em itens como infraestrutura e educação - para estimular o crescimento, enquanto 38% apoiam o aumento das receitas tributárias e 37% a contenção dos gastos.

A qualidade do gasto público (2)



Helder Rebouças

É recorrente a defesa da desvinculação orçamentária e da busca de espaços fiscais no orçamento, alegando-se a reduzida margem de discricionariedade do Executivo na execução das despesas, bem como a baixa capacidade de investimento do Estado. De fato, no projeto de lei orçamentária anual para 2021, o governo só delibera livremente sobre R\$ 120 bilhões, menos de 7% das despesas primárias, de R\$ 1,8 trilhão. Os recursos para investimentos, por sua vez, são de apenas R\$26 bilhões.

A despeito dessas restrições, o desperdício na execução das despesas é significativo. Levantamento da Controladoria Geral da União (CGU) contabilizou 10.916 obras paralisadas, em 2019, equivalentes a R\$ 165,8 bilhões. Já no exercício de 2020, o Tribunal de Contas da União (TCU) detectou pagamentos indevidos do auxílio emergencial de R\$ 55 bilhões. De acordo com estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o desperdício de recursos públicos no Brasil foi de 4% do **PIB**, ou US\$ 68 bilhões, em 2019.

Culturalmente, a qualidade do gasto não está no cardápio da maioria dos macroeconomistas brasileiros, sobretudo porque envolve discussões sobre avaliação e monitoramento de políticas públicas, evidências em gestão de políticas, contabilidade de custos, além de processos e classificações orçamentárias da despesa. Jocosamente, alguns dizem que são matérias de

"orçamenteiros". Isso deveria ser superado porque, segundo farta literatura econômica, resta evidenciada a relação entre o gasto público agregado e o crescimento econômico. O que se espera agora são avanços que permitam estimativas de impacto das despesas, em nível desagregado, no crescimento e bem-estar, ou seja, uma espécie de avaliação de custo-benefício de cada política pública espelhada no orçamento.

Há outro óbice à institucionalização da qualidade do gasto público. Como o orçamento é uma arena de disputa política por recursos entre entes federados, partidos, instituições públicas e privadas, categorias profissionais, essa avaliação de qualidade, ao expor formalmente ineficiências alocativas, fundamenta a contestação de acordos e estruturas políticas que são financiadas pelos dispêndios estatais.

É certo, porém, que os mercados sabem desses arranjos orçamentários que geram desperdícios e gasto público de baixa qualidade. Em decorrência, setores mais dinâmicos, em parceria com o sistema financeiro e a burocracia fiscal, acabam convergindo, por cautela, na produção de normas jurídicas para conter a expansão das despesas. A inserção, em nível constitucional, de teto para o crescimento das despesas primárias, além do cipoal normativo constante, por exemplo, das leis de diretrizes orçamentárias, fazem parte desses movimentos de blindagem fiscal do gasto.

Aliás, é bom que se diga que o teto constitucional das despesas primárias é inteiramente compatível com a avaliação da qualidade do gasto público, porque essas restrições fiscais operam como incentivo à redefinição de prioridades na aplicação dos recursos, a justificar ainda mais a avaliação da qualidade das despesas orçamentárias que suportam as diversas políticas públicas.

Observe-se ainda que, dada a baixa reputação da qualidade do gasto, que se reflete na deficiente prestação de serviços públicos, há incentivos à sonegação, a exigir do fisco intensa produção normativa infralegal, ampliando a insegurança jurídica e majorando os custos de transação para cidadãos e empresas, com efeitos negativos na produtividade da economia.

Em 2016, o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, criou o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), transformado

em Conselho pelo decreto n-9.834/2019, com atribuições consultivas. Mas foi no Congresso que o novo CMAP ampliou sua institucionalidade, com a aprovação da Lei n- 13.971/2019 (Lei do Plano Plurianual 2020-2023), que determina a obrigatoria avaliação de programas governamentais e o envio das respectivas informações ao Legislativo.

Note-se que os trabalhos de qualidade fiscal também ganham impulso com a aprovação da PEC emergencial, que determina literalmente a revisão e redução dos subsídios da União, que, no plano das renúncias de **tributos**, somam R\$ 308 bilhões em 2021.

Assim, no intuito de avançar, sugerimos que, com base nas avaliações do CMAP, o TCU informe ao Congresso as políticas públicas com indícios de ineficiências graves, a exemplo do que já ocorre com o anexo ao projeto de lei orçamentária anual, elaborado pelo Tribunal, que expõe as obras com indícios de irregularidades graves. Com isso, além de facilitar medidas corretivas, evita-se a elaboração de emendas parlamentares destinando recursos para ações governamentais ineficientes.

Recomenda-se, ainda, a célere deliberação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar n-295/2016, a chamada Lei de Qualidade Fiscal, já aprovada pelo Senado. Essa matéria, além de modernizar a caduca legislação de planejamento e orçamento, formaliza explicitamente sistemas de avaliação do gasto e de apuração de custos das políticas governamentais.

Essas medidas deveriam ser aprovadas prévia ou simultaneamente às reformas tributária e administrativa, como forma de dar-lhes maior credibilidade e evitar a mitigação de parte dos seus efeitos positivos, cuja precificação pelos agentes pode criar resistências à sua tramitação.

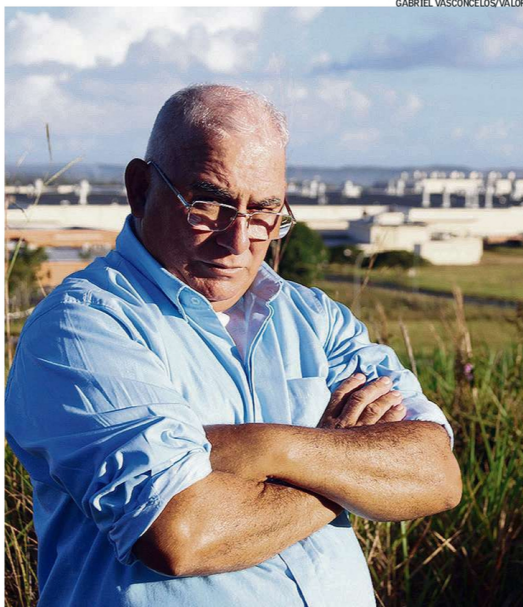
A avaliação da qualidade do gasto público não é a "invenção da roda". Em recente artigo, André Lara Resende¹ cita trabalho pioneiro do economista Aba Lerner², de 1943, para quem "A preocupação dos formuladores de políticas não deve estar no financiamento das despesas públicas, mas sim na qualidade destas despesas". Enfatizamos a parte final da assertiva, na linha de que gastos e tributação ruins, de fato, deterioram ainda mais as expectativas da economia, o que não é desprezível para o cenário eleitoral de 2022.

1. Resende, Lara, "Consenso e Contrassenso: déficit, dívida e previdência", Instituto de Estudos de Política Econômica, 2019.

2. Lerner, A. (1943) "Functional Finance and the Federal Debt", Social Research, vol I Ono.I

Helder Rebouças é consultor de Orçamentos do Senado e doutorem Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

Camaçari se prepara para crise no pós-Ford



Clésio Aguiar: de "decano" dos metalúrgicos a futuro dono de lanchonete

Gabriel Vasconcelos

O contrato do eletromecânico Vinícius Rabelo para trabalhar na fábrica de peças plásticas para carros do grupo francês Faurecia durou horas. No fim da tarde de 12 de janeiro, ainda no primeiro dia do emprego novo, o baiano de 23 anos foi demitido pelo telefone. Como mostrou o Valor neste mês, o encerramento da fábrica da Ford em Camaçari (BA), no início do ano, pegou de surpresa a cadeia de fornecedores da montadora e levou à suspensão imediata de contratações. Mais de dois meses depois só uma parte das demissões foi efetivada. As empresas negociam com o sindicato, e a crise, definida como "irremediável" por moradores e gestores públicos, avança lentamente na cidade baiana de 304 mil habitantes.

Em vez do pagamento de salário mínimo, benefícios e participação nos lucros que a fábrica propunha, Vinícius agora levanta pouco mais de R\$ 700 por mês como motorista de aplicativo. É o que sobra, descontados os gastos com aluguel semanal do carro, de R\$ 400, e combustível. A história de precarização do jovem é similar a de milhares que orientaram sua formação para atuar na cadeia automotiva de Camaçari, agora em extinção. É, também, a prévia do que se aproxima: desemprego em massa acompanhado de aumento no número de informais e autônomos. A prefeitura estima que 12 mil moradores perderão seus empregos. Só a Ford e suas fornecedoras vão demitir 7,5 mil funcionários diretos.

Ex-senador pela Bahia, Waldeck Ornelas (DEM) atuou na atração da Ford para a região via benefícios fiscais em 2001 e diz que a saída da montadora pesa mais para Camaçari que a de qualquer outra empresa. A afirmação se deve à geração de emprego para locais pela Ford. Embora o polo petroquímico de Camaçari, centrado na produtora de resinas Braskem, seja responsável pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) local - cerca de R\$ 24 bilhões, segundo o IBGE - , o destaque no quesito emprego era da cadeia automotiva.

Historicamente, diz Ornelas, até 75% dos petroquímicos moram em Salvador porque as empresas bancam o traslado desde o fim dos anos 1970, quando as primeiras fábricas se instalaram na cidade. Como a Ford exigia que os funcionários morassem em Camaçari, regra flexibilizada em anos recentes, a maioria ainda é natural da região.

"Eram postos de boa remuneração, cujo fechamento atinge em cheio a economia da cidade", diz Ornelas. O Valor apurou que os funcionários da Ford alocados na linha de produção tinham cinco faixas salariais distintas, que variavam entre R\$ 1,8 mil e R\$ 7,7 mil. Para Ornelas, a saída da Ford agrava as contradições da industrialização baiana. "Diferentemente de São Paulo, aqui não se formou um ABC baiano. O interior continua com seus bolsões de pobreza e Salvador se consolidou como cidade dormitório para muitos."

Pouco mais de 6 mil dos 7,5 mil trabalhadores da cadeia produtiva da Ford moram em Camaçari ou municípios vizinhos, como Dias e Fátima e Simões Filho. O restante, informa o sindicato dos metalúrgicos local, é natural de Salvador. Nas contas do prefeito Elinaldo Araújo (DEM), entretanto, a saída da Ford deixa rastro de desemprego maior ao dizimar postos terceirizados e induzidos na economia local. É nesse contingente adicional que entram, por exemplo, os 84 motoristas e 20 mecânicos da empresa de ônibus que transportava os trabalhadores da Ford.

Os 12 mil camaçarienses que podem perder os empregos, segundo a prefeitura, representam 15% dos 78,1 mil ocupados da cidade. Segundo o IBGE, até 2018, Camaçari tinha 26,6% da população ocupada. O índice, diz o prefeito, vinha estável e caiu com o avanço da pandemia. A saída da Ford fará o indicador despencar.

O cenário, entretanto, só vai ganhar contornos definitivos no segundo semestre de 2021. Hoje, as

demissões estão restritas a pouco mais de 20% cios empregados da cadeia, das fornecedoras fora do condomínio industrial da Ford. Para o restante, 5,8 mil pessoas, um acordo na Justiça entre montadora e sindicato garante negociação coletiva com manutenção de salários e benefícios até junho, o que tem sustentado parte importante da massa salarial da cidade.

Além do previsto em demissões sem justa causa, esse contingente vai receber indenização por tempo de casa, espécie de compensação ao antigo compromisso de estabilidade para o chão de fábrica até 2024. Ratificado pela Ford em março do ano passado, o documento vale para 18 das 30 fornecedoras da montadora. Em nota, a Ford confirmou a negociação, mas não entrou em detalhes: "A Ford tem trabalhado intensamente para minimizar o impacto do encerramento da produção, cumprindo nossas obrigações e indo além do que está previsto em lei."

O presidente do sindicato dos metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim, afirma que o cálculo da indenização é ponto delicado da negociação. Ele diz que a Ford oferece o equivalente ao último salário multiplicado pelo número de anos trabalhados. Além disso, aplica-se coeficiente de 1,25 sobre o total. Ao resultado seria acrescido ainda um fixo de R\$ 25 mil. O sindicato pede que o coeficiente seja elevado a 2 e o adicional fixo seja "bem superior". O objetivo de Bonfim é chegar ao formato acordado com os metalúrgicos da fábrica da Ford de São Bernardo do Campo, fechada em 2019. Seja como for, salários derradeiros, rescisões e a indenização que vão injetar centenas de milhões na economia local empurram a recessão para frente.

Operário da Ford há 20 dos seus 58 anos, Cléssio Aguiar planeja abrir uma lanchonete. O maquinário já existe, foi lentamente acumulado nos últimos anos. Os primeiros aluguéis ou a compra de um espaço será bancada com parte da indenização. O que sobrar, Cléssio pensa em investir na construção de cinco quitinetes para alugar na laje de 200 m² da casa onde mora com a mulher e dois filhos de idade escolar em Camaçari.

Chamado na fábrica de "vovô dos metalúrgicos" graças aos cabelos brancos, Cléssio trabalhava no setor responsável pelas carrocerias no turno da manhã e, à tarde, atua no sindicato, orientando operários sobre procedimentos de saúde. Ele considera atuar como eletricista, sua formação, mas diz que uma recolocação na indústria é improvável. O colega da área de qualidade, Jorge do Nascimento, de 44 anos, repete o argumento: "Nessa idade e com meu histórico de lesões na coluna, fábrica nenhuma aceita." O

operário tem projeto social de capoeira e pretende abrir uma escola da arte marcial.

Sem perspectivas, outros operários planejam deixar a cidade. É o caso de Vlademir Agostini, demitido da fornecedora de peças metálicas Sodecia, que tem planta fora do complexo. Aos 38 anos, ele recebeu quantia modesta na rescisão. A família está de malas prontas para Nova Friburgo, na região serrana do Rio. Por indicação de um amigo, Vlademir conseguiu uma vaga na construção civil.

Mentor do grupo político que governa a cidade, o ex-prefeito e atual secretário de Administração, Helder Almeida (DEM), diz que um êxodo considerável deve acontecer paralelamente à escalada de informais e autônomos. "A falta de emprego vai ser fatal. Quem não conseguir nada vai sair para outro lugar. O polo petroquímico não absorve essa mão de obra porque exige especialização e tem o quadro menos qualificado saturado", diz.

Almeida também esvazia as expectativas em cima da massa de indenizações. "Ela virá, mas e depois? As pessoas vão pagar dívidas e poupar. Quem receber mais vai se arriscar com pequenos negócios. Mas esse boom de serviços não será acompanhado pelo consumo."

Gerente de uma das três lojas da rede de varejo de móveis e eletrodomésticos Baianão, Tiago Miranda conta com o pico de vendas na esteira do acordo entre Ford e metalúrgicos. Por ora, diz, as vendas não caíram. "Quando essa indenização sair, o povo vai dar uma paulada [no consumo]. Dinheiro na mão aqui é pau, o povo vai querer reggae [festa, na gíria baiana]." Miranda recorda as tradicionais visitas de funcionários da Ford com a camisa de botão azul claro da fábrica, nos três períodos do ano em que recebiam parcelas do 13-salário e participação nos lucros. "Eles vinham para pagar à vista. Ano que vem isso acaba", prevê.

Outros negócios já indicam dificuldade. Dono da loja de material de construção Constrol, Paulo Noberto diz que as vendas recuaram de 15% e 20% depois do anúncio da Ford. "O impacto vem aos poucos. Até agora é prevenção. Muita gente interrompeu obra para guardar dinheiro e o mercado de aluguel, com suas reformas, começa a desaquecer." A médio prazo ele prevê queda de até 35% nas vendas. Sócio do hotel Cambuci, o maior da cidade, Lucas Coutinho diz que o faturamento caiu 20%. O movimento perdido vinha de executivos e representantes comerciais que trabalhavam com a Ford.

De acordo com a federação industrial da Bahia (Fieb), a massa de salários da cadeia automotiva de Camaçari vinha caindo, mas girava em torno de R\$

515 milhões e mais R\$ 333 milhões de encargos ao ano. Só os trabalhadores diretos, portanto, deixarão de tocar algo próximo a R\$ 42,9 milhões por mês. Considerando os 80% que vivem em Camaçari e região, a economia local será mensalmente desidratada em R\$ 34,3 milhões.

Almeida, o secretário de Administração, estima que as demissões vão tirar cerca de R\$ 10 milhões de circulação do comércio. Despesas fixas, como aluguel e contas, não entram no cálculo, que ele define como conservador. "Parece pouco, mas, para uma cidade como Camaçari, é uma pancada", conclui.

Empresa mantém grupo de desenvolvedores

Junto com a decisão de encerrar a fabricação de veículos no país, o Valor apurou que a Ford encerrou três projetos de SUVs que vinham sendo desenvolvidos para o mercado nacional por engenheiros locais. Mesmo assim, a companhia vai manter esses profissionais, a maioria do Centro de Desenvolvimento de Produto, em Camaçari. O fato, dizem fontes ligadas à decisão, se deve aos 20 anos de experiência da equipe, que assinou projetos globais, como o EcoSport, e ao câmbio desvalorizado. É mais barato remunerar engenheiros brasileiros do que reforçar equipes nos Estados Unidos e na Alemanha.

A Ford informou que a unidade conta com 700 funcionários. Mais de 600 são engenheiros e designers automotivos. Com salários bem mais altos que os da fábrica, a divisão passou incólume ao anúncio de janeiro, mas encolheu nos últimos anos. Ex-engenheiro da Ford, Márcio Maruta diz que a equipe tinha mais de 900 pessoas quando deixou a companhia em julho de 2019 e já teve 1,5 mil há cinco anos.

A engenharia brasileira se consolidou no cenário global da Ford com a criação do EcoSport e modelos do Ford Ka, que passaram a ser produzidos em Camaçari e no exterior. "Com exceção da Volkswagen e Fiat, nenhuma outra do setor teve projetos 100% desenvolvidos no Brasil. É mão de obra altamente especializada", diz Maruta.

O fechamento da fábrica e o encerramento do desenvolvimento dos três SUVs com portes diferentes que a Ford pretendia começar a produzir para o mercado brasileiro até 2023 enfraquecem o setor. Mas não a ponto de extingui-lo: os engenheiros brasileiros são realocados para auxiliar outras praças à distância. Fonte da Ford afirma que a unidade é "estratégica" pela capacidade híbrida de desenvolver para o mercado brasileiro, mas também ser capaz de adaptar as criações para "outras legislações, temperaturas e

modos de dirigir".

Para o presidente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, o câmbio desvalorizado foi crucial para manter os engenheiros. Ele cita o momento do setor, aberto à cooperação remota e em franca disrupção rumo a modelos elétricos e alternativas de design e tecnologia embarcada. "A manufatura perde valor no processo dessa indústria ao passo que a etapa conceitual avança."

A Ford tem laços antigos com a representação industrial baiana. O Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Senai/Cimatec), braço da Fieb, treinou funcionários para a fábrica e forneceu centenas de engenheiros formados e pós-graduados na instituição. Recentemente, em novembro de 2020, o Cimatec inaugurou fábrica de protótipos de carros na unidade de Camaçari, investimento de R\$ 80 milhões, a metade da Ford. Um dos diretores do Cimatec, Leone Andrade, enxerga na planta mais um motivo para a preservação dos engenheiros.

Com o fim dos projetos de SUVs nacionais, foram encerrados cinco contratos afins com o Cimatec, orçados em R\$ 35 milhões. Mas a Ford disse, em nota, que vai manter as parcerias com universidades, Senai e outras instituições. A companhia informou que o Centro de Desenvolvimento na Bahia vai desenvolver tecnologias no Brasil para a América do Sul e apoiar projetos globais.

Demanda por serviço público sobe e receita cai

Com a saída da Ford, a prefeitura de Camaçari encara uma "faca de dois gumes" na gestão orçamentária. A perda imediata de **tributos** que incidiam sobre a cadeia automotiva vem junto com o aumento na pressão sobre serviços públicos. Em meio à pandemia, milhares de famílias que contavam com plano de saúde do empregador e tinham os filhos em escolas particulares vão migrar para as redes municipais de saúde e educação.

Embora ainda receba salário enquanto o acordo coletivo não vem, o operário da Ford Cléssio Aguiar decidiu tirar os dois filhos do colégio particular: "Assim que recebemos o **comunicado** da Ford, chamei eles para falar da mudança e dizer que não podemos mais fazer tantos passeios." Na tarde em que foi abordado pela reportagem, ele planejava buscar exames que fizera em laboratório privado. A perda iminente do plano o fez correr com procedimentos médicos.

Dono da escola Carpe Diem, uma das três maiores da região, Alan Lima afirma que perdeu cerca de 70 alunos devido ao fechamento da Ford. "Os pais têm nos procurado. Alguns renovaram matrícula, mas

avisaram que vão tirar seus filhos nos próximos meses. É só o início." Com quatro unidades na cidade, a rede cie Alan têm 1.600 alunos, mais de 400 com pais empregados no Complexo Ford.

O prefeito Elinaldo Araújo (DEM) espera sobrecarga de até 17% na rede municipal de educação, hoje com 35 mil matrículas. Além disso, projeta aumento de 10% na população coberta pelas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). A pressão sobre os serviços, diz ele, será acompanhada de investimentos, mas, sem os principais **impostos** incidentes sobre Ford e fornecedoras (ISS e repasses do ICMS), a arrecadação local de R\$ 1,2 bilhão ao ano deve sofrer queda de 12% a 16%, podendo estacionar em R\$ 1 bilhão devido ao efeito cascata na economia.

O secretário de Administração, Helder Almeida (DEM), projeta perdas de R\$ 50 milhões na arrecadação de 2021, montante superior a uma folha dos servidores- R\$ 40 milhões. A perda, diz ele, é referente a R\$ 30 milhões de ISS e R\$ 20 milhões relativos à queda do bolo estadual do ICMS.

O governo cia Bahia repassa 25% do ICMS que recolhe aos 471 municípios do Estado. Pelo que agrega no valor adicionado, Camaçari recebe 8,5% do montante hoje. Com a parada da Ford, o índice será rebaixado e um novo percentual será aplicado a partir de 2023. A mudança implicará perdas superiores a R\$ 100 milhões. Então, o município contará com menos RS 150 milhões de ISS e ICMS e reduções nos repasses cie **impostos** federais (IPI e IR) via Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Professor de sociologia da Universidade Federal de Juiz cie Fora (UIJF) com tese sobre a dinâmica do emprego e renda em Camaçari, João Dulci diz que a cidade tem o segundo maior Produto Interno Bruto e receita da Bahia, só atrás de Salvador. Isso, afirma, garante margem de manobra à prefeitura. "Como o orçamento opera com provisões, qualquer recuo é dramático, ainda mais de 10% da arrecadação", pondera. Dulci afirma que, no caso da saúde, a pressão adicional sobre a rede pública vai transbordar para Salvador. (GV)

Camaçari sem a fábrica da Ford

Desemprego, queda na arrecadação e pressão sobre serviços públicos



Indicadores de Camaçari

População em 2020 - 304,3 mil
População ocupada* - 78,1 mil (26,6%)
Alunos na rede municipal - 35 mil
Salário médio do trabalhador formal* - 3,9 salários mínimos
Salários na Ford - entre 1,6 e 7 salários mínimos
PIB* - R\$ 23,82 bilhões
Receita do município - R\$ 1,2 bilhão

Impacto do fechamento da montadora segundo a Prefeitura:

Queda de 15% na ocupação:
12 mil empregos diretos e indiretos

Queda de 4% da arrecadação da prefeitura em 2021

Queda entre 12,5% e 16% na arrecadação da prefeitura a partir de 2023

Aumento de até 17% das matrículas da rede municipal

Aumento de 10% na população coberta pela rede SUS

Indicadores econômicos

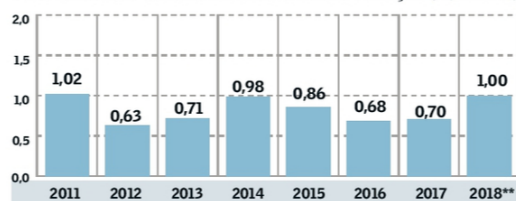
PIB de Camaçari (R\$ bilhões)



Valor adicionado de toda a Indústria de Camaçari (R\$ bilhões)***



Valor adicionado da indústria automotiva de Camaçari (R\$ bilhões)



Fontes: IBGE, SEI - Governo da Bahia, Fieb, Prefeitura de Camaçari *número de 2018. **último dado da série histórica do IBGE. ***O Valor Adicionado não considera impostos incidentes ou custos de transporte agregados

Equipe de Guedes avalia cenário de calamidade para estender auxílio



O ministro Paulo Guedes, que, no dia 11, dizia que a economia começava a decolar de novo Ueslei Marcelino - 8.dez.20/Reuters

Bernardo Caram

A equipe econômica passou a reconhecer nos bastidores a possibilidade de decretação de estado de calamidade pública neste ano caso a pandemia do coronavírus siga em situação crítica nos próximos meses, com elevado número de mortes e medidas restritivas nas cidades.

A medida foi adotada em 2020 e viabilizou a liberação de gastos emergenciais do governo, que superou R\$ 600 bilhões. Neste ano, porém, o Orçamento voltou a ser limitado, com autorização para gastos extraordinários pontuais.

Membros do Ministério da Economia chegaram a avaliar no início do ano que o repique da crise sanitária teria sido causado pelas celebrações de fim de ano e logo seria dissipado. Agora, afirmam que essa visão mudou diante a disparada do número de mortes, com vacinação lenta e novas variantes do vírus trazendo ainda mais incerteza ao cenário.

Um auxiliar do ministro Paulo Guedes (Economia) afirma, reservadamente, que as ações implementadas estão aquém da necessidade atual do país. Isso porque o governo decidiu travar a expansão de gastos, focando um auxílio emergencial mais enxuto e despesas para a aquisição de vacinas.

A decretação da calamidade em 2021 pode ser necessária, por exemplo, se o governo precisar renovar o auxílio emergencial por um período maior do que quatro meses, o que faria o custo da assistência superar o limite previsto hoje, de R\$ 44 bilhões.

Em um ponto de preocupação para a equipe econômica, eventual pedido de calamidade neste ano não acionaria novas medidas de corte de gastos para compensação. Praticamente todos os gatilhos de ajuste fiscal previstos na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, promulgada pelo Congresso, já estão ativados, com validade até o fim deste ano.

O cenário-base do Ministério da Economia prevê o pagamento da assistência por quatro meses, enquanto a vacinação contra a Covid-19 avança e viabiliza a retomada da economia. Com isso, até o meio do ano, quando há previsão de encerramento dos repasses do auxílio, não seriam necessárias mais medidas emergenciais e o Orçamento retornaria à normalidade.

No entanto, até o momento, o país passa por um processo lento de vacinação e vê um número cada vez maior de cidades estabelecendo medidas de distanciamento social na tentativa de frear a pandemia, que avança em ritmo acelerado. O panorama também cria incertezas sobre a retomada da atividade econômica.

Na última semana, Guedes pediu velocidade à vacinação e indicou não estar satisfeito com o ritmo do programa de imunização brasileiro. "Cinco por cento da população já foi vacinada, é muito pouco ainda, temos que melhorar muito, trabalhar muito", disse.

No novo cenário, membros do Ministério da Economia afirmam que, em caso de clara necessidade nos próximos meses, com a pandemia em situação crítica, será necessário decretar estado de calamidade. Com a medida, o governo ficaria autorizado a ampliar gastos sem ferir regras fiscais.

Para que haja a decretação, a iniciativa deve partir do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O pedido do mandatário precisa ser aprovado pelos deputados e senadores.

A MP (medida provisória) que instituiu o auxílio emergencial define que o período de quatro meses do programa poderá ser prorrogado por ato do governo, sem a necessidade de nova avaliação do Congresso.

No entanto, não há espaço no Orçamento para que essa ampliação seja feita. Ao aprovarem a PEC

Emergencial, os parlamentares definiram que o teto para o auxílio em 2021, sem comprometer regras fiscais, será de R\$ 44 bilhões. Na MP que instituiu a nova rodada, o governo já liberou R\$ 43 bilhões, praticamente esgotando o valor previsto para o ano.

Em uma possibilidade mais remota, seria possível fazer uma renovação residual da assistência ainda dentro dos R\$ 44 bilhões caso o gasto com as quatro parcelas seja menor do que o estimado atualmente. No ano passado, por exemplo, o governo autorizou R\$ 322 bilhões para o pagamento do auxílio, mas a despesa total no encerramento do ano foi bem menor, de R\$ 293 bilhões.

A PEC Emergencial criou um protocolo para crises, destravando despesas emergenciais em momentos de calamidade ao mesmo tempo que aciona gatilhos de compensação.

Porém, esses ajustes já estão ativos. Ao negociar o socorro a estados e municípios no ano passado, o governo conseguiu aprovar medidas de compensação que ficarão acionadas até o fim deste ano. As ações de ajuste já em vigor são praticamente as mesmas previstas agora na PEC Emergencial em caso de calamidade.

Já estão proibidos, por exemplo, reajustes de servidores, criação de cargos, concursos, ampliação de auxílios, criação de despesa obrigatória continuada e ampliação de gasto com reestruturação de carreiras.

Os únicos gatilhos previstos na PEC e que não estão ativados no momento são os que suspendem a criação e a expansão de incentivos tributários e de linhas de financiamento subsidiadas.

Se o governo optasse por implementar novas medidas de ajuste em tentativa de compensar gastos extras, seria necessário negociar e aprovar outra proposta no Congresso, o que geraria resistência política.

Em videoconferência promovida pela XP Investimentos na sexta-feira (19), quando lhe foi perguntado sobre a possibilidade de decretação de calamidade caso seja necessário, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, limitou-se a dizer que o governo está focado na execução da nova rodada do auxílio emergencial e do programa de vacinação.

Segundo Funchal, é preciso aguardar a aprovação do Orçamento de 2021, que segue em análise no Congresso, para depois avaliar o espaço fiscal disponível para a implementação de programas que geram custo ao governo.

Entre as ações em compasso de espera, estão o

programa de crédito a pequenas empresas e o benefício para complementar parcialmente o salário de trabalhadores com jornada e salário cortados ou contratos suspensos.

"É nessa linha que está sendo discutido, dentro na nossa limitação fiscal. Nosso espaço é extremamente limitado. O que tentamos fazer é dentro do Orçamento e dentro do teto [de gastos] para que não traga mais pressão fiscal", disse.

A fala do secretário do Tesouro reflete a preocupação da pasta com os efeitos que um eventual excesso de gastos poderia gerar, com ampliação do endividamento público, elevação a **inflação** e das taxas de juros, o que também teria impacto negativo sobre o emprego.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>



Estado de calamidade

O que é

É solicitado pelo presidente e aprovado pelo Congresso em momentos de crises agudas ou desastres que comprometam a ação do governo. Permite que a União amplie gastos emergenciais

Como foi em 2020

Com a chegada da pandemia, foi decretada a calamidade, associada ao Orçamento de Guerra. As medidas destravaram despesas para combater a crise sanitária. Entre as ações que foram implementadas, estão o auxílio emergencial, programas de crédito e um benefício a trabalhadores com contratos suspensos e jornadas e salários cortados

Como pode ser em 2021

Com a aprovação da PEC Emergencial, o governo agora dispõe de um protocolo de crise caso a calamidade seja acionada. Nesse caso, são afrouxadas regras de gastos e de contratação de pessoal, bens e serviços. A medida entrou no radar da equipe econômica se a pandemia seguir em estado crítico. Ele seria necessária, por exemplo, para prorrogar o auxílio emergencial

Qual a compensação para os novos gastos

Se a calamidade for decretada neste ano, não serão acionados novos gatilhos de ajuste fiscal. Isso porque proposta aprovada no ano passado já ativou medidas de ajuste, como congelamento de salários e suspensão de concursos, até o fim de 2021

Quais as preocupações

Embora reconheçam que novo decreto de calamidade pode ser necessário, membros do Ministério da Economia temem que eventual excesso de gastos traga efeitos negativos, como elevação do endividamento e alta da inflação, dos juros e do desemprego

Sem contrapartidas ao distanciamento, PIB pode crescer só 2%, diz instituto

Eduardo Cucolo

A paralisação de 50% das atividades econômicas no país por um período de quatro semanas pode reduzir o crescimento da economia em um ponto percentual em 2021, caso não sejam adotadas medidas compensatórias por parte do governo, como foi feito em -2020.

A estimativa é da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, que divulgou nesta segunda-feira (22) seu Relatório de Acompanhamento Fiscal mensal.

A IFI projeta um crescimento de 3% neste ano, percentual inferior, por exemplo, ao dos analistas consultados na pesquisa Focus do Banco Central, que está em 3,22%.

"A metodologia ajuda a ilustrar e a dimensionar os impactos sobre o produto gerados pela necessidade de restrição ao funcionamento de diversos estabelecimentos, caso não haja medidas compensatórias", diz o relatório.

"As medidas são necessárias para evitar o espalhamento do vírus e terão de durar tanto tempo quanto o país demorar a vacinar percentual relevante da população brasileira."

A IFI considera que o primeiro trimestre deve ter um desempenho fraco, com risco de queda do **PIB** também no segundo trimestre.

A estimativa de 3%, portanto, dependerá de uma recuperação no segundo semestre, condicionada ao avanço da vacinação de parte substancial da população e à decorrente redução das medidas de afastamento social, hoje inescapáveis, de acordo com a instituição.

Nas atuais circunstâncias, segundo a IFI, a projeção atual de 3% representa uma espécie de teto para o crescimento do país.

Em 2020, o impulso gerado pelo pagamento do auxílio emergencial, cujo gasto somou R\$ 293, bilhões entre abril e dezembro do ano passado (montante equivalente a 4% do **PIB**), reduziu o impacto negativo sobre o PIB decorrente da retração do consumo das famílias, destaca a IFI.

Pesquisa Datafolha mostra que a procura pelo novo auxílio emergencial em 2021 deve ser similar à verificada no ano passado, apesar de o governo prever que o acesso ao benefício será mais restrito neste ano.

Para 2021, o gasto previsto com o auxílio que será pago a partir de abril é de R\$ 44 bilhões. A IFI afirma que não está descartada a prorrogação do novo auxílio emergencial, tendo em vista que a própria medida provisória que instituiu o benefício diz que, após o período de quatro meses previsto, ele "poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo federal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira."

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Projeto de Orçamento dá a militares 1/5 dos investimentos e reajuste salarial



Ganhos. Além de mais investimentos, militares devem contar com reajuste de soldo no ano

Adriana Fernandes, Daniel Weterman

O Orçamento, previsto para ser votado esta semana com quatro meses de atraso, destina R\$ 8,3 bilhões para investimentos do Ministério da Defesa, um quinto (22%) do total para todo o governo federal, segundo relatório do senador Márcio Bittar (MDBAC) apresentado ontem. Os militares também são a única categoria que deve ser contemplada este ano com reajuste, o que deve consumir outros R\$ 7,1 bilhões dos cofres públicos, enquanto todo o restante do funcionalismo está com o salário congelado até dezembro.

No momento de colapso do Sistema Único de Saúde (SUS) pelo agravamento da pandemia da covid-19, o parecer aumentou em apenas R\$ 1,2 bilhão a destinação de recursos para a saúde em relação ao projeto que foi enviado pelo governo no ano passado.

Em vez de sofrer cortes, como outros ministérios, o orçamento de investimentos das Forças Armadas até mesmo subiu de R\$ 8,17 bilhões para R\$ 8,32 bilhões de um total de R\$ 37,6 bilhões previstos no parecer. A lista dos projetos dos militares é extensa e inclui recursos para a construção de submarinos nucleares e convencionais, aquisição de aeronaves de caça, desenvolvimento de cargueiro tático e compra de veículos blindados.

O incremento tímido de recursos para a saúde, na maior crise sanitária da história, põe em xeque o discurso de parlamentares de reforço da área, mas antecipa um movimento de senadores e deputados

aliados: a expectativa de que serão editados mais créditos extraordinários para financiar despesas extras para a saúde, que ficam fora do teto de gastos, a regra que trava o crescimento das despesas à inflação.

Mesmo com o Orçamento aprovado, o governo federal pode bloquear gastos não obrigatórios, incluindo os investimentos, como estratégia para cumprir a meta fiscal deste ano, que permite rombo de até R\$ 247 bilhões.

Segundo cálculos do assessor no Senado e especialista em gastos de saúde, Bruno Moretti, o orçamento para ações e serviços públicos de saúde, o que é contabilizado para apuração do mínimo e não leva em conta os gastos com aposentadorias e pensões, ficou em R\$ 125 bilhões, abaixo do valor inicial do Orçamento de 2020, que foi de R\$ 125,2 bilhões, sem os recursos extraordinários da pandemia.

"Em meio à pandemia, há queda nominal e real de recursos para o SUS. Se observarmos o Orçamento aplicado em 2020.

Incluindo os créditos extraordinários, a queda em 2021, considerando a Lei Orçamentária, é de R\$ 36 bilhões", calcula Moretti.

Nesse contexto, afirma ele, serão reduzidas as transferências aos Estados e municípios e as compras centralizadas para aquisição de medicamentos de UTI, manutenção e expansão de leitos, entre outras despesas.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Flavia Arruda, criou uma ação especial do Orçamento para reforçar as emendas e conseguiu cerca de R\$ 900 milhões a mais para a área. O problema é que o governo enviou o projeto de Orçamento com a previsão de gastos com o valor do piso constitucional de R\$ 123,8 bilhões e colocando na conta as emendas dos parlamentares, o que dificulta o espaço para aumento dos recursos para a saúde.

Ano eleitoral. O Congresso decidiu turbinar as áreas de interesse eleitoral. O volume de recursos com a digital dos parlamentares neste ano vai chegar a R\$ 22,2 bilhões. O valor das emendas representa um aumento de quase R\$ 6 bilhões em relação ao proposto inicialmente pelo Executivo. Só de emendas

indicadas diretamente pelo relator- geral do Orçamento, o valor é de R\$ 3 bilhões.

A maior parte das indicações nas mãos do relator (R\$ 1,129 bilhão) ficou vinculada a projetos do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, apontados como estratégicos para Bolsonaro recuperar índices de popularidade, além da área social. Na prática, a destinação desse dinheiro poderá ser negociada com parlamentares em troca de apoio ao Executivo.

A pasta saiu de um orçamento de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 10,7 bilhões em 2021.

Além de obras, o Senado quer mais recursos para o Pronampe, que financiou micro e pequenas empresas no ano passado em função do novo coronavírus.

Recentemente, os senadores aprovaram um projeto para tornar a nova linha de financiamento do programa permanente.

Dos R\$ 4,8 bilhões solicitados no Orçamento para irrigar o Pronampe, porém, o relator aprovou apenas R\$ 1 milhão.

Para o consultor da Câmara, Ricardo Volpe, o relator Bittar foi "comedido" no parecer diante da pressão política, mas houve uma revisão de estimativas de receitas para cima, em R\$ 14 bilhões, não acompanhada pela revisão nas projeções de gastos. "Diante dessa pressão gerada pelas reestimativas e pela falta de espaço no teto, ele cortou R\$ 1,75 bilhão do Censo (veja mais abaixo), que nesse momento de pandemia provavelmente não deve sair de novo", disse.

Volpe chama a atenção para o fato de o relatório não ter reestimado o gasto da Previdência.

Pelos cálculos, só na Previdência a estimativa de pagamento deveria ser elevada em R\$ 8,3 bilhões por causa do impacto do aumento do salário mínimo.

Esse quadro já antecipa um bloqueio à vista do Orçamento, que deverá ocorrer em abril.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **Projeção**

“Em meio à pandemia, há queda nominal e real de recursos para o SUS. (...) De R\$ 36 bilhões.”

Bruno Moretti

ASSESSOR NO SENADO E ESPECIALISTA
EM GASTOS NA SAÚDE

.....

'Carta reflete indignação da sociedade'



Persio Arida,
ex-presidente do Banco Central
"O governo federal foi omissivo, conivente e partícipe da situação de calamidade que vivemos hoje."



Ana Carla Abrão,
sócia da consultoria Oliver Wyman
"A recuperação da economia é mais rápida nos lugares em que o enfrentamento à doença é mais eficaz."



Claudio Frischtak,
sócio da consultoria Inter.B
"Existe um sentimento de cansaço da sociedade, de que é insustentável ir pelo caminho da morte."

Cristiane Barbieri, Adriana Fernandes

Sensação de desespero. De urgência.

Vontade de ser propositivo.

Os economistas que assinaram a carta cobrando medidas efetivas no combate à pandemia, ao lado de empresários e banqueiros, têm palavras diferentes para explicar o que os levou a escrevê-la e a divulgá-la no fim de semana.

Ex-presidente do Banco Central e um dos idealizadores do Plano Real, Persio Arida recorre às crônicas de futebol de Nelson Rodrigues para falar do momento atual do País no enfrentamento da covid-19: "'Não se improvisa uma derrota'. ainda mais uma derrota desse tamanho", diz ele, completando a frase.

No caso, afirma, o fracasso anunciado seria resultado da "postura negacionista e da falta de seriedade com que o governo federal tem enfrentado o problema", há exatamente um ano.

"É uma mistura de ideologia, com não entendimento e despreparo", diz Arida. "O governo federal foi omissivo, conivente e partícipe da situação de calamidade que vivemos hoje." A repercussão alcançada pela carta, com mais de 500 assinaturas e que continua recebendo adesões, surpreendeu os próprios signatários. Afinal, eram assuntos que todos tinham tratado em artigos e palestras, ao longo do último ano.

"A sociedade tem um nervo exposto que combina a aceleração rápida da pandemia e a inoperância do governo federal com o fato de que todas as medidas de baixo custo que poderiam ter sido tomadas ou não foram ou mereceram agressão e escárnio", diz Claudio Frischtak, sócio da consultoria Inter.B e um dos cinco autores da carta. "Existe um sentimento de cansaço da sociedade, de que é insustentável ir pelo caminho da morte." A carta também ganhou repercussão pelo critério técnico: como acadêmicos ou ajudando a pensar o destino de empresas e bancos nas últimas décadas, os economistas são categóricos ao afirmar que não há dúvida entre escolher preservar a vida ou os empregos. "A recuperação é mais rápida nos lugares em que o enfrentamento à doença é mais eficaz", diz Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman. "O exemplo mais claro é o dos Estados Unidos: depois que o (presidente norte-americano Joe) Biden tornou a vacinação prioridade, o país está pronto para a recuperação." O custo tanto na dimensão humanitária quanto econômica, afirma, fica "tremendamente evidente" quando se colocam as duas realidades lado a lado.

Segundo os especialistas, uma de suas principais preocupações foi fazer um texto objetivo, baseado em fatos, ao mesmo tempo em que fosse contundente.

"Desenho de política pública tem de ser baseado em evidência", diz Frischtak. Também há ali uma mensagem recorrente: as medidas mais eficientes, baratas e positivas, como vacinas, máscaras, afastamento social e coordenação nacional, deixaram de ser tomadas, em troca de gastos de bilhões de reais para tentar consertar o estrago.

"Por que o governo não se organizou para comprar vacinas como fizeram o Chile, a Turquia e a África do Sul?", afirma Arida. "Porque não entendeu do que se tratava, porque foi ideológico, negacionista." Em algumas projeções de mercado, o número de mortos no País poderia chegar a 0,5% de sua população, com a destruição de riquezas - e de vidas - sem precedente. Independentemente do número final, os economistas são unânimes em afirmar que o Brasil sairá da pandemia mais pobre, mais desigual e mais injusto. Indicadores econômicos já mostram que o País caminha para um semestre de recessão, mas o problema vai bem mais longe. Um dos agravantes é a falta de coordenação também do Ministério da Educação, que tem deixado crianças mais vulneráveis sem alternativa para o aprendizado.

"O Brasil já é pária em relação ao meio ambiente, aos direitos humanos e pode correr risco de se tornar o País em que ninguém quer estar, por conta das novas variantes", diz Arida.

No mercado, a presença de controladores de empresas e bancos no grupo de signatários foi lida como a avaliação de que, por mais generosos que sejam, ao doar bilhões de reais sem qualquer contrapartida ao combate da doença não conseguirão eliminar o problema - que precisaria ser enfrentado pelo Estado.

Com a carta entregue ontem aos comandantes do Legislativo e do Judiciário - e ao Executivo, por meio do ministro da Economia, Paulo Guedes -, a expectativa é de alguma mudança de rumos.

"A racionalidade recomendaria o reconhecimento de culpa do governo e um meia volta", diz Arida. "Mas esse governo não é racional. Não tenho nenhuma expectativa positiva sobre esse governo. Aliás, nunca tive."

Para governo, carta é 'movimento político' contra presidente

A carta aberta que juntou banqueiros e economistas em defesa de medidas efetivas de combate à pandemia foi interpretada no governo como um "movimento político" contra o governo Jair Bolsonaro nessa fase mais dura da pandemia da covid-19. Num momento de queda da popularidade, o documento, que começou a ser construído em conversas de economistas em grupos de WhatsApp, ganhou força no fim de semana com mais de 500 assinaturas e causou enorme desconforto, mas o presidente não mudou a estratégia de repetir o discurso contrário ao lockdown - que tem endosso nos setores empresariais que o apoiam.

A expectativa do governo é que esses setores também se posicionem contrários às medidas de restrição de mobilidade, apontadas por autoridades sanitárias como essenciais para que o colapso hospitalar não seja disseminado por todo o País. Não há sinais de que Bolsonaro vai abandonar esse discurso porque ele está convencido de que as medidas de isolamento são uma "armadilha" para afundar ainda mais a economia, sem chances de recuperação para garantir a sua reeleição.

Bolsonaro já foi avisado do quadro extremamente ruim da economia, com impacto na arrecadação, das vendas e queda do **PIB** no primeiro semestre. O presidente vê nas medidas de restrições um entrave a mais.

O governo prevê que a situação da pandemia no País vai piorar muito ainda nas próximas três semanas e, até lá, o presidente terá de administrar a "fervura" política que vai aumentar no setor produtivo e no

Congresso. Em 30 dias, a expectativa no governo é que o avanço da pandemia comece a ser travado e, em 60 dias, o quadro já seja outro, com a aceleração da vacinação da população pelo aumento da produção no Brasil e da chegada das novas vacinas que estão sendo compradas, entre elas 138 milhões da Pfizer e da Janssen.

Para auxiliares do presidente, aqueles que assinaram a carta são mais "dos mesmos críticos de sempre" para desgastar o governo e reforçar o discurso de uma saída de centro no quadro de polarização política entre Bolsonaro e o ex-presidente Lula, com a pandemia da covid-19 por trás.

Na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, que recebeu uma versão da carta, a ordem é ficar em silêncio. Auxiliares do ministro avaliam, porém, como "injustas" as críticas de que não houve ação com medidas de combate à pandemia. Citam, por exemplo, o auxílio emergencial. Eles lembram que o pedido na carta dos economistas de vacinação em massa e cuidados é defendido por Guedes.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado eleva previsão de inflação pela 11ª vez

Eduardo Rodrigues

Mesmo após o Comitê de Política Monetária (Copom) elevar em 0,75 ponto percentual a Selic na semana passada, para 2,75% ao ano, os economistas do mercado financeiro elevaram pela 11.ª semana seguida a previsão para o IPCA - o índice oficial de preços - em 2021.

O Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostra que a mediana para o IPCA este ano foi de alta de 4,60% para 4,71%. Há um mês, estava em 3,82%. Já a projeção para o índice em 2022 oscilou de 3,50% para 3,51%. Quatro semanas atrás, estava em 3,49%.

A projeção dos economistas para a **inflação** já está acima do centro da meta de 2021, de 3,75%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). A meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (de 2,00% a 5,00%).

O mercado financeiro também passou a prever alta maior dos juros básicos da economia, fixados pelo BC para controlar a **inflação**, neste ano e em 2022.

Os analistas do mercado subiram a expectativa para taxa Selic, no fim deste ano, de 4,5% para 5% ao ano. Na semana passada, na primeira elevação em quase seis anos, a taxa básica da economia foi elevada pelo BC para 2,75% ao ano. Para o fechamento de 2022, os economistas do mercado financeiro elevaram a expectativa de uma alta da Selic de 5,5% para 6% ao ano.

Os economistas ainda alteraram levemente suas projeções para o **PIB** em 2021. Conforme o boletim, a expectativa para a economia este ano oscilou de alta de 3,23% para 3,22%. Há quatro semanas, a estimativa era de 3,29%. Para 2022, o mercado manteve a previsão para o **PIB** de alta de 2,39%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pasta de Rogério Marinho é principal beneficiada em proposta de Orçamento



Rogério Marinho: parecer do Orçamento prevê 65,6% mais verba para MDR, que é vitrine de obra para políticos

Vandson Lima e Renan Truffi

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) recebeu o maior acréscimo proporcional de recursos entre os ministérios no parecer do Orçamento para 2021. Em uma vitória para Rogério Marinho, sempre às turras com o ministro da Economia Paulo Guedes, a pasta que é vitrine de obras para os políticos terá R\$ 10,6 bilhões - ante R\$ 6,4 bilhões em despesas previstas anteriormente, um generoso aumento de 65,6% em relação à proposta original.

A subida para o MDR foi proporcionada pelas emendas parlamentares, com os congressistas já de olho na eleição de 2022.

A previsão é que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) comece hoje a analisar a proposta para que esta esteja aprovada até quinta-feira, quando deputados e senadores se reúnem em sessão do Congresso Nacional para dar a palavra final sobre o texto.

O parecer apresentado pelo relator do Orçamento, senador Mareio Bittar (MDB-AC), manteve a previsão da meta de déficit primário, tal qual estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (LDO), em R\$ 247,1 bilhões. A proposta baseou suas projeções fiscais para 2021 na retomada do crescimento ao ritmo de 3,2%. "Os analistas econômicos, apesar das elevadas incertezas a respeito dos efeitos do agravamento da pandemia de covid-19, igualmente projetam crescimento na casa de 3,2%", observa o

relator. O **PIB** nominal, na avaliação mais recente, de 17 de março, estima que alcance R\$ 8,21 trilhões em função da aceleração do nível de preços.

Sobre a **inflação**, Bittar anotou: "A elevação dos preços dos alimentos e, mais recentemente, dos combustíveis tem resultado em revisão da expectativa de **inflação** para 2021, agora está em 4,4% nas projeções oficiais e em 4,6% nas estimativas do mercado".

Segundo o boletim Focus de 19 de março, para os analistas de mercado a Selic sofrerá alteração mais significativa e terminará o ano no patamar de 5%. A previsão para o dólar é de ficar no patamar de R\$5,30.

As despesas observam o teto de gasto da União e ficam em R\$ 1,486 trilhão. Esse valor corresponde ao limite aplicável a 2020 (R\$ 1,455 trilhão) corrigido pelo percentual de 2,13% (1PCA acumulado no período de 12 meses completado em junho/2019). A participação dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Defensoria Pública da União (DPU), e do Ministério Público da União (MPU) na parcela primária da despesa é, respectivamente, de 3,0%, 10,6%, 84,8% e 1,6%. A previsão é que 25,9% das despesas do

Executivo estão condicionadas à aprovação pelo Congresso de créditos suplementares.

O valor total da despesa constante do substitutivo é de R\$ 4,3 trilhões, dos quais R\$ 1,6 trilhão refere-se ao refinanciamento da dívida pública. Assim, os orçamentos da União líquidos de refinanciamento da dívida totalizam R\$2,7 trilhões.

Os recursos para educação somam R\$ 100 bilhões, ante o valor mínimo de R\$ 55,6 bilhões determinado pela Constituição. A complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é de R\$ 19,6 bilhões. Para a Saúde, serão alocados R\$ 136 bilhões.

O total destinado para emendas parlamentares subiu de R\$ 16 bilhões em 2020 para R\$ 19,1 bilhões neste ano. As emendas individuais foram elevadas de R\$ 9,4 bilhões para R\$ 9,6 bilhões; os gastos indicados pelas bancadas estaduais foram de R\$ 5,9 bilhões para R\$

8,8 bilhões.

Em medida controvertida, Bittar retirou a maior parte dos recursos para realizar o Censo Demográfico de 2021. De R\$ 2 bilhões anteriormente previstos, ele cortou R\$ 1,76 bilhão, sobrando somente R\$ 240 milhões, o que, segundo o instituto, inviabiliza a empreitada. A pesquisa já havia sido adiada de 2020 para este ano. Parte dos funcionários do IBGE reivindicava novo adiamento da pesquisa ante à disparada no número de casos e mortes na pandemia, agora em seu pior estágio no Brasil. Eles temiam que o governo não conseguisse garantir condições de segurança suficientes para o trabalho.